



Dissertação de Mestrado em Psicologia da Justiça: Vítimas de Crime

Ricardo José Pontes Saraiva, 21601285

Ajustamento psicossocial de crianças e jovens em acolhimento familiar - Uma Revisão Sistemática da Literatura

Trabalho realizado sob orientação da

Prof.^a Doutora Célia Oliveira

Tese/dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto no dia 05/12/18, perante o júri seguinte:

Presidente: Prof.^a. Doutora Carla Margarida Vieira Antunes (Prof.^a. Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto);

Arguente: Prof. Doutor João Lopes (Professor Associado com Agregação da Universidade do Minho);

Orientadora: Prof.^a. Doutora Célia Regina Gomes Oliveira (Prof.^a. Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto).

Universidade Lusófona do Porto

Dezembro/2018

É autorizada a reprodução integral desta tese/dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Agradecimentos

Primeiro de tudo, quero agradecer à Dra. Célia Oliveira, a minha orientadora de dissertação, que sempre demonstrou-se disponível para ajudar e permitiu-me combater as dificuldades que foram surgindo, especialmente numa fase inicial deste processo. As suas orientações potenciaram não só a realização desta dissertação, mas também contribuíram para o meu desenvolvimento global como aluno, promovendo a obtenção de competências que transcendem a simples conclusão desta tarefa.

De seguida, passo a agradecer aos meus pais, que, durante este processo inteiro, sempre me apoiaram, o que facilitou o sucesso na realização desta dissertação. Ao longo deste ano, foram surgindo muitos obstáculos, fora do contexto escolar, e sem o apoio dos meus pais muito dificilmente iria conseguir retomar o foco e concluir esta tarefa.

Por último, quero agradecer à minha melhor amiga, Helena Carvalho, que provavelmente foi a pessoa que mais teve de lidar com os meus momentos de frustração, como consequência da realização desta dissertação, mas que também foi essencial em manter-me motivado, de modo a dar como terminada esta tarefa.

Ajustamento psicossocial de crianças e jovens em acolhimento familiar - Uma Revisão Sistemática da Literatura

Resumo: O objetivo deste trabalho centra-se na necessidade de aprofundar um tema pouco explorado no panorama nacional, nomeadamente o ajustamento psicossocial de crianças e jovens em regime de acolhimento familiar, analisando a investigação empírica dos últimos 10 anos. Para o efeito, procedeu-se à realização de uma revisão sistemática da literatura neste âmbito, por via de uma análise descritiva dos resultados da investigação publicada nas bases de dados referenciais da área. Inseriram-se os seguintes termos de pesquisa (e respetiva combinação): Acolhimento Familiar AND Psicossocial (em Língua Portuguesa), Acogimento Familiar AND Psicosocial (em Língua Espanhola), Foster Care AND Psychosocial, Foster Care AND Psychosocial Adaptation, Foster Care AND Psychosocial Adjustment, e Foster Care AND Psychological (em Língua Inglesa). Esta pesquisa resultou na obtenção de 106 artigos, tendo em consideração se os termos de pesquisa encontravam-se no título e/ou resumo dos mesmos. Estes artigos foram alvos de triagem, consoante os critérios de inclusão e exclusão definidos. Após aplicação destes critérios chegou-se aos 36 artigos utilizados para esta revisão. A análise qualitativa de conteúdo resultou na identificação de 4 categorias temáticas, referentes a dimensões comportamentais, cognitivas, da saúde mental e do próprio conceito de ajustamento das crianças acolhidas, tomando como ponto de comparação o impacto que as outras medidas de acolhimento têm nos seus beneficiários. Os resultados desta revisão apontam para um retrato de vulnerabilidade como modo de descrever esta população, estando sujeita a múltiplos riscos de cariz psicossocial, o que engloba consequências em todas as dimensões referidas anteriormente.

Palavras-chave: Ajustamento Psicossocial; Acolhimento Familiar; Crianças e jovens em risco.

Ajustamento psicossocial de crianças e jovens em acolhimento familiar - Uma Revisão Sistemática da Literatura

Abstract: The purpose of this study is to analyse the empirical research of the last 10 years, focusing on the need to deepen a topic that has not been heavily explored in the national context, namely the psychosocial adjustment of children and young people in family based foster care. For this purpose, a systematic review of the literature was carried out, through a descriptive analysis of the research results published in referential scientific databases. The following research terms (and their combination) were inserted: *Acolhimento Familiar AND Psicossocial* (in Portuguese), *Acogimiento Familiar AND Psicosocial* (in Spanish), *Foster Care AND Psychosocial*, *Foster Care AND Psychosocial Adaptation*, *Foster Care AND Psychosocial Adjustment*, e *Foster Care AND Psychological* (in English). This search resulted in 106 articles, considering the research terms included in the title and/or abstract of the respective articles. These articles were screened according to the inclusion and exclusion criteria previously defined. After applying these criteria, 36 articles were selected for the current revision. The qualitative content analysis of the articles resulted in the identification of four thematic categories, which were related to 1) behavioral and 2) cognitive functioning dimensions, 3) mental health and the 4) overall concept of adjustment of children and youth in the foster care system. The comparison with the impact of other out-of-home care measures, besides family based foster care, was also considered. The results of this review point to a portrait of vulnerability in describing this population, who presents multiple psychosocial risks that impact in all the above mentioned dimensions of psychosocial functioning.

Keywords: Psychosocial Adjustment; Foster care; Children and youth in risk.

Índice

1. Introdução.....	8
Acolhimento Familiar e Ajustamento Psicossocial: conceitos.....	8
Implicações, tipologia e qualidade do acolhimento familiar.....	9
Ajustamento Psicossocial de crianças e jovens acolhidos.....	10
Impacto psicossocial do acolhimento.....	11
Acolhimento familiar em Portugal.....	14
2. Método.....	15
Amostra e procedimentos de recolha de dados.....	15
Procedimentos de Análise.....	16
3. Resultados.....	16
3.1. Funcionamento Comportamental.....	17
3.2. Dimensão Cognitiva.....	19
3.3. Saúde Mental.....	21
3.4. Ajustamento Psicossocial.....	24
4. Discussão.....	27
Referências Bibliográficas	
Anexos	

1. Introdução

Acolhimento Familiar e Ajustamento Psicossocial: conceitos

Fisher, Leve, Delker, Roos e Cooper (2016), definem o conceito de acolhimento familiar como a colocação temporária de crianças com pais não biológicos, como modo de promover a sua segurança e bem-estar. O artigo 46º da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens (Decreto-Lei nº 147/99) estabeleceu legalmente este conceito em Portugal, definindo-se como “a atribuição da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, proporcionando a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral”. Mais recentemente, no Decreto-Lei nº142/2015, é estabelecido que “privilegia-se a aplicação da medida de acolhimento familiar sobre a de acolhimento residencial, em especial relativamente a crianças até aos seis anos de idade”

Fisher e colaboradores (2016) salientam, ainda, que estudos referentes a estas práticas revelam as dificuldades de ajustamento positivo inerente a estas medidas. Os autores apontam dificuldades de vinculação, tanto com o cuidador como nas relações com os pares, e também alertam para uma maior existência de défices em variados domínios cognitivos, referindo-se a adversidade precoce, como possível causa destas problemáticas. Apesar da alusão a uma ideia de atraso da comunidade no sistema de acolhimento comparativamente com a população geral, estes autores apontam o acolhimento com bases familiares como mais benéfico do que o institucional. Posto isto, a implementação de uma intervenção com bases familiares tem potencial de atenuar os efeitos de adversidade precoce e promover um desenvolvimento saudável.

Com isto em mente, existem diversas abordagens relativas à ideia de ajustamento, no entanto, este trabalho foca-se na investigação produzida acerca do ajustamento psicossocial de crianças e jovens acolhidos em contexto familiar. O ajustamento psicossocial é um conceito multifacetado, visto que o seu impacto depende de vários fatores, sendo necessário ter em conta tanto o estado psicológico do indivíduo, como as condições ambientais e sociais a que o mesmo está sujeito. Enquanto o conceito de ajustamento psicológico é mais unidimensional, o conceito de ajustamento psicossocial assume uma maior abrangência, focando-se na relação entre os múltiplos fatores que influenciam o ajustamento (Larsen, 2016).

Implicações, tipologia e qualidade do acolhimento familiar

O impacto que o acolhimento familiar pode ter nos seus beneficiários deriva, em parte, da qualidade do contexto de acolhimento. Calheiros (2015) reforça a importância das experiências de acolhimento familiar funcionarem como um fator de proteção influente, já que permitem a criação de relações estáveis e vínculos com cuidadores que fornecem um ambiente seguro e apoio emocional ao acolhido. Adicionalmente, a transmissão de certos valores como a disciplina, cuidado e estima, contribuem para o bem-estar da criança ou jovem. A mesma autora argumenta que a formação de um relacionamento contínuo e positivo entre cuidadores e criança deve resultar na existência de “sincronia, mutualidade, estimulação, atitude positiva e suporte emocional”, contribuindo para uma vinculação segura, promovendo um desenvolvimento futuro de competências sociais. Esta autora alerta ainda para a importância de estabilidade no acolhimento, visto que múltiplas colocações familiares podem significar maior taxa de problemas com o sistema de justiça, como consequência de delinquência e atos criminais. A este respeito, importa sublinhar o contributo da teoria da vinculação desenvolvida por Ainsworth e Bowlby (1991), que salienta a importância das relações interpessoais para o desenvolvimento humano. A falta de vínculos significativos representa um fator de risco para um trajeto desenvolvimental não normativo.

Por outro lado, existem diversas modalidades de acolhimento familiar, nomeadamente: temporário, de emergência, ou planeado. No entanto, não existe um modelo ideal ou único que se aplique a todos os casos, já que as crianças e jovens sujeitos a esta medida possuem necessidades e características distintas, tornando um modelo único completamente inadequado. A aplicabilidade de um determinado tipo de acolhimento vai depender das circunstâncias a que a criança ou jovem em causa está sujeito(a), ou seja uma destas modalidades pode ser benéfica para um indivíduo, mas prejudicial para outro (Palacios, 2015). Face a isto, é importante no processo de seleção das famílias ter em conta o tempo de colocação, já que certas famílias podem apenas ter disponibilidade para lidar com a situação de acolhimento durante um período limitado de tempo. Adicionalmente, é importante ter em conta a heterogeneidade e flexibilidade das famílias, no sentido de entender se os acolhedores possuem as competências necessárias para lidar com as múltiplas variáveis inerentes a este processo, tais como a idade das crianças, as problemáticas e necessidades especiais e problemas do foro comportamental e psicológico (Sampaio, 2015). Para facilitar este processo, as potenciais famílias acolhedoras devem

beneficiar de formação, devendo a mesma estar presente ao longo de todo o processo de acolhimento, como ferramenta que habilita as famílias a lidar com as suas dificuldades quotidianas que a complexidade do processo impõe. Amorós e Palacios (2004), destacam a importância da formação, não só para a promoção de competências que facilitem o acolhimento e possibilitem o sucesso do mesmo, mas também para contribuir para a familiarização do processo por parte das próprias crianças e fomenta a aproximação entre a família acolhedora e biológica, promovendo o conhecimento mútuo e a comunicação entre ambas as partes. Este procedimento promove a qualidade do processo e potencia a obtenção de resultados positivos. A importância da qualidade do contexto é imperativa na determinação dos resultados obtidos, já que a população acolhida consiste num grupo vulnerável e propício a um desenvolvimento problemático em diversos parâmetros.

Ajustamento Psicossocial de crianças e jovens acolhidos

Jones e Morris (2012), através de uma revisão da literatura relativa às dificuldades de ajustamento por parte das crianças e jovens sujeitos a medidas de acolhimento, referem que esta população apresenta probabilidades elevadas de possuir, tanto, comportamentos problemáticos (como delinquência, atitudes sexuais inadequadas e consumo de substâncias), como dificuldades académicas, e, particularmente, dificuldades no estabelecimento de relações de amizade com pessoas da sua faixa etária. Neste particular, as crianças e jovens acolhidos tendem a ter poucos amigos, relações propensas a conflitos e baixos níveis de intimidade, resultando no desenvolvimento de padrões relacionais disruptivos.

Leve e colaboradores (2012), referem que, na sua generalidade, crianças inseridas no sistema de acolhimento experienciaram algum tipo de maus tratos (como abuso de cariz físico, sexual ou psicológico, ou negligência) e que as vulnerabilidades podem manifestar-se em diversas áreas, classificadas em três dimensões: desenvolvimento emocional e comportamental, desenvolvimento do cérebro e neurobiológico, e estabelecimento de relações com os pais e pares.

Fry, Langley e Shelton (2017) alertam para a vulnerabilidade desta população, referindo que: jovens que tenham sido inseridos no sistema de acolhimento, experienciado pobreza ou que não tenham casa estão entre os grupos de maior risco da sociedade. Através do seu estudo, que compara o funcionamento cognitivo desta população com o funcionamento de jovens com condições de vida mais estáveis, os autores concluíram que a população menos favorecida apresenta capacidades cognitivas menos desenvolvidas que

os jovens cujas condições de vida sejam menos precárias. Contudo, não é claro se estas dificuldades cognitivas precedem estas experiências de vida ou são desenvolvidas através da exposição às mesmas. Estes autores também alertam que estas dificuldades de cariz cognitivo, representam uma lacuna ao nível da adaptação, promovendo ainda mais a posição de vulnerabilidade a que estes jovens estão sujeitos. Fatores como instabilidade de alojamento, falta de recursos económicos, lacunas a nível escolar, e apoio social e psicológico inadequado foram destacados como fatores explicativos dos resultados obtidos.

Impacto psicossocial do acolhimento

Numa revisão de literatura referente a medidas de acolhimento e os seus efeitos, Fisher e colaboradores (2016) verificaram que uma das temáticas de investigação recorrentes é o impacto que a adversidade proveniente destas medidas poderá ter nas crianças e jovens acolhidos, sendo importante destacar o impacto ao nível da saúde mental. A existência de perturbações ao nível de comportamento, como o aparecimento de atitudes de externalização, é bastante comum nas crianças e jovens acolhidos, destacando-se, ao nível da prevalência, perturbações relativas ao défice de atenção e comportamento de oposição. O impacto desta adversidade também se traduz em problemáticas internalizadoras nesta população, apresentando níveis mais elevados de depressão e ideação suicida. Adicionalmente, verificam-se dificuldades no funcionamento social com dificuldades no estabelecimento de relações com os pares e com os cuidadores. Por tudo isto, os autores concluem que esta população, como grupo, apresenta dificuldades acrescidas no desenvolvimento e ajustamento psicossocial comparativamente à população geral.

Doyle (2008) verificou que em alguns casos o processo de acolhimento familiar poderá contribuir para o desenvolvimento de tendências criminais, resultando em adesão a atividades de delinquência juvenil. Este autor, relata que remover as crianças dos pais biológicos pode proteger a mesma de abuso, reduzindo a hipótese de desenvolver tendências criminais na idade adulta. No entanto, esta separação pode ser traumática para a criança e impulsionar uma trajetória desenvolvimental negativa. Os resultados deste estudo sugeriam que crianças acolhidas numa família substituta possuíam 2 ou 3 vezes maior taxa de entrar no sistema jurídico do que as crianças que se mantinham com a família biológica. Contudo, Doyle (2008) relata que as estimativas apresentavam lacunas ao nível da precisão, sendo necessário cuidado na interpretação dos dados.

Recentemente, Leloux-Opmeer, Kuiper, Swaab e Scholte (2018), realizaram um estudo que tinha como objetivo, a comparação, no do impacto psicossocial de 3 medidas de acolhimento distintas, sendo estas o acolhimento familiar, residencial e casas de acolhimento- esta última medida definida pelos autores como um *setting* também de cariz familiar, mas supervisionado por monitores especializados. O desenvolvimento psicossocial da amostra foi avaliado durante 1 ano, tanto ao nível individual como grupal. Globalmente, os resultados indicaram que o desenvolvimento psicossocial dos grupos não se diferencia significativamente entre as medidas. Contudo, os autores relataram alguns aspectos a ter em conta. Primeiro, hipotetizaram que as medidas no meio familiar seriam mais benéficas, mas esta hipótese foi rejeitada. Por outro lado, é importante salientar que se verificou um aumento ligeiro de problemas psicossociais durante o primeiro ano de acolhimento, nomeadamente nos jovens em contexto de acolhimento familiar. Além disso, os resultados obtidos apontam para um possível desenvolvimento emocional mais positivo por parte dos beneficiários acolhidos em casas de acolhimento, quando comparado com os beneficiários das medidas de acolhimento familiar e residencial. No entanto, os autores admitem que estes dados não fornecem uma explicação clara, devido ao baixo número da amostra em grupos de estilo familiar. Outra das hipóteses levantadas neste estudo, e talvez a mais relevante para este trabalho, sugeria que crianças e jovens com maiores problemas psicossociais estariam mais propícias a um desenvolvimento posterior menos favorável. Contudo os autores verificaram que os jovens nas três modalidades de acolhimento inseridos no grupo clínico apresentaram melhorias positivas no desenvolvimento comparáveis, justificando que isto pode dever-se ao fornecimento de um contexto acolhimento customizado para as necessidades dos jovens. Mais uma vez, os autores alertam para a necessidade de maior clareza relativamente a este tópico. Por ultimo, os autores compararam, ainda, os resultados obtidos por um grupo clínico e não-clínico, e concluíram que uma parte das crianças acolhidas não tinha problemas psicossociais no início do acolhimento, referindo que esta problemática numa fase inicial do processo provavelmente concerne mais às crianças que passaram a beneficiar destas medidas devido a condições familiares severas. Por último, apontam para a necessidade de aprofundar estas problemáticas, de modo a consolidar a informação obtida.

Genericamente, a investigação do impacto das medidas de acolhimento no ajustamento psicossocial das crianças e jovens não aponta para um resultado consistente ou linear, já que os efeitos provenientes destas medidas dependem das características

individuais do acolhido e do contexto onde é inserido. O impacto do acolhimento dependerá da capacidade de adaptação da criança ou jovem às circunstâncias que lhe são impostas. Globalmente, a resistência à adversidade é designada de resiliência. Este conceito é caracterizado como o processo ou capacidade bem-sucedida de adaptação, independentemente da exposição a contrariedades ou circunstâncias ameaçadoras (Masten, Best & Garmezy, 2008). A existência de determinados fatores protetores como empregabilidade e sucesso escolar, estabelecimento de relações positivas com pares onde o sujeito é apreciado e valorizado, projeção de objetivos e capacidade de reconhecer as suas próprias potencialidades, e ainda o envolvimento em atividades fora do contexto de acolhimento poderão funcionar como impulsionadores da capacidade de resiliência, ajudando a combater os possíveis riscos inerentes a estas medidas. Com isto em mente, é imperioso ter em conta que estas crianças e jovens, passaram por adversidade, no seu meio natural de vida, promovendo uma maior vulnerabilidade por parte desta população. Esta vulnerabilidade causada pela adversidade passada pode comprometer o processo de acolhimento, logo é importante estudar a transição entre o meio natural de vida e o meio substituto em que estes jovens se vão inserir, de modo, a dar continuidade ao seguimento da trajetória de vida dos mesmos (Drapeau, Saint-Jacques, Lépine, Bégin, & Bernard, 2007). As transições de cuidadores primários constitui-se como uma categoria de adversidade capaz de afetar negativamente o desenvolvimento de competências cognitivas e comportamentais, sendo estas necessárias para o sucesso académico e social (Fisher et al., 2016).

Leve e colaboradores (2012), salientam ainda a importância de não esperar que todas as experiências de acolhimento tenham resultados negativos na criança, já que em alguns casos, o impacto negativo é reduzido ou inexistente, aludindo para a importância da resiliência como um mecanismo desenvolvimental que diferencia o impacto que a adversidade possa ter no desenvolvimento da criança quando colocada em contextos de risco, como maus tratos ou inserção no sistema de acolhimento. Adicionalmente, realçam a necessidade de identificar os fatores que, neste âmbito, contribuem para uma resposta de resiliência face à adversidade, uma vez que a caracterização desses factores será útil para o conhecimento e investigação dos mecanismos adaptativos. No mesmo prisma, os autores referem que a identificação dos fatores de risco para o desenvolvimento psicossocial das crianças e jovens acolhidos poderá contribuir significativamente para a intervenção dos investigadores e técnicos responsáveis por esta problemática.

Acolhimento familiar em Portugal

Del Valle e Bravo (2013) analisaram o grau de adesão ao acolhimento familiar entre 2010 e 2012 em diversos países, verificando-se uma diferença muito grande entre Portugal e os restantes países da amostra. Países como a Austrália, Irlanda e Noruega apresentam valores de acolhimento familiar superiores a 85% dos casos de crianças acolhidas no que diz respeito à utilização da medida de acolhimento familiar, por contraponto com apenas 4% dos casos em Portugal, reforçando a ideia de que esta não é a medida de eleição no panorama nacional. Se comparamos a realidade nacional com a dos Estados Unidos da América, verifica-se uma tendência semelhante. Os dados apresentados no Foster Care Statistics 2015 (Child Welfare Information Gateway, 2017) apontam para a existência de mais de 420 mil crianças e jovens sujeitas a medidas de acolhimento, estando 75% destas em regime de acolhimento familiar e apenas 8% das crianças e jovens em regime de acolhimento institucional (agora designado “residencial”). O Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (2016), responsável pela supervisão anual estatística dos dados de acolhimento, nas diversas modalidades da medida, em Portugal, alerta para a existência de 8.175 crianças e jovens que se encontram no sistema de acolhimento nacional. Destes, apenas 261 (3.2%) beneficiam da medida de acolhimento familiar, sendo referido neste relatório que são poucas as famílias acolhedoras inseridas no sistema, o que resulta num número igualmente baixo de crianças e jovens acolhidas no seio das mesmas. O acolhimento residencial generalista constitui-se como a medida com maior prevalência no panorama nacional, correspondendo a 7.203 (88.1%) crianças e jovens sujeitos à mesma.

Delgado (2010) aponta para a existência em Portugal de “um sistema de proteção de crianças excessivamente centrado na colocação em instituições”, colocando o acolhimento familiar no esquecimento. O mesmo autor refere ainda que apesar da existência de um discurso político mais recente em defesa da desinstitucionalização, Portugal continua excessivamente focado numa abordagem institucional, contribuindo para esta disparidade entre as duas modalidades de acolhimento. Adicionalmente, a comunidade científica nacional negligencia a realização de estudos em relação a esta problemática, resultando na escassez de dados relativos à mesma, contribuindo assim para a falta de conhecimento e estagnação da evolução neste âmbito.

Neste sentido, com o presente trabalho, pretende-se ir ao encontro da necessidade de aprofundar a compreensão do impacto da medida de acolhimento familiar no

ajustamento psicossocial das crianças e jovens acolhidos, nomeadamente a nível desenvolvimental, social e comportamental.

2. Método

O presente estudo assenta na metodologia de revisão sistemática da literatura, que tem como finalidade a recolha, síntese e análise da investigação disponível relativamente à temática em estudo, neste caso, o impacto da medida de acolhimento familiar no ajustamento psicossocial das crianças e jovens acolhidos. Com o propósito de potenciar a qualidade e fiabilidade desta revisão sistemática da literatura, foram utilizadas as *guidelines* do PRISMA Statement (Liberati et al., 2009) como orientação para a realização da mesma.

Amostra e procedimentos de recolha de dados

A amostra é constituída por 36 artigos científicos internacionais, obtidos através de pesquisa nas bases de dados referenciais Scopus, Web of Science, Eric, Scielo e PsycINFO. Os termos de pesquisa (e respetiva combinação) foram os seguintes: Acolhimento Familiar AND Psicossocial (em Língua Portuguesa), Acogimento Familiar AND Psicosocial (em Língua Espanhola), Foster Care AND Psychosocial, Foster Care AND Psychosocial Adaptation, Foster Care AND Psychosocial Adjustment, e Foster Care AND Psychological (em Língua Inglesa). A investigação restringiu-se a artigos publicados entre 2008 e 2018, sendo este o período temporal estabelecido para a realização da revisão sistemática da literatura (tomando como critério a última década de investigação a quando do início do presente estudo, tendo-se alargado a pesquisa ao ano de conclusão do mesmo - 2018). A seleção inicial dos artigos foi realizada através da identificação de artigos que incluíssem os termos de pesquisa, no título e/ou no resumo, o que resultou na obtenção de 106 artigos. De seguida, procedeu-se à triagem dos artigos obtidos, de modo, a apurar quais destes iriam ser incluídos na revisão sistemática da literatura. Para o efeito adotou-se como critério de inclusão os artigos que tivessem como objetivo de estudo o impacto da medida de acolhimento familiar no ajustamento psicossocial das crianças e jovens acolhidos, e como critério de exclusão os artigos referentes a revisões de literatura ou meta-análises no período temporal em estudo. A pesquisa e triagem dos artigos foi realizada por dois investigadores independentes, de modo a determinar o acordo inter-observador com o intuito de promover a fiabilidade do procedimento de análise. Da comparação das análises e estabelecimento de acordo total inter-observadores, resultou a

seleção dos 36 artigos que integram a presente revisão sistemática da literatura.

Procedimentos de Análise

Após a pesquisa e seleção dos artigos procedeu-se à análise descritiva do respetivo conteúdo. Esta análise resultou na identificação e organização dos conteúdos em categorias ou dimensões temáticas, permitindo a sistematização da informação obtida. Os artigos que integram as categorias são mutuamente exclusivos.

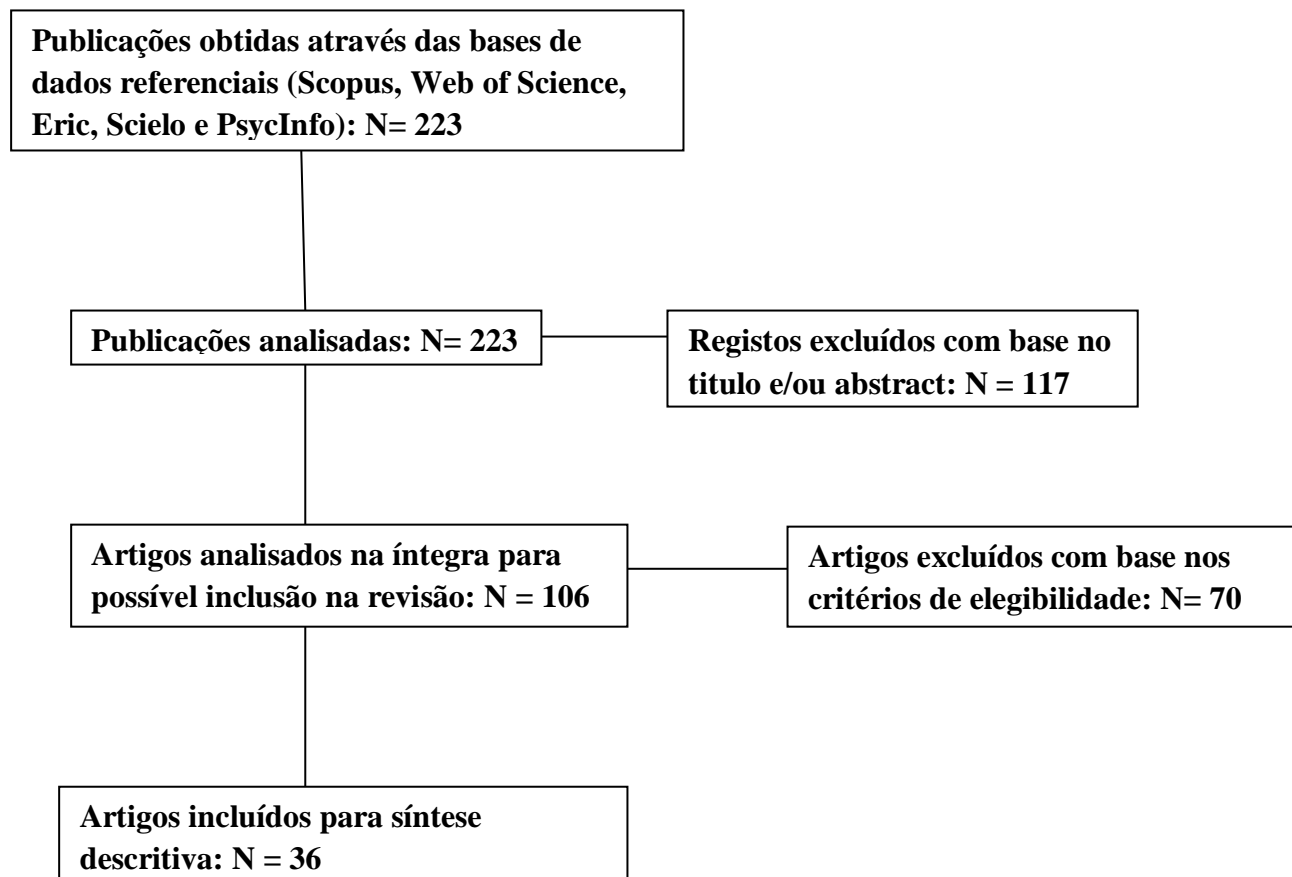


Fig. 1. Método elaborado com base nas orientações do Prisma Statement (Liberati et al., 2009).

3. Resultados

Da análise de conteúdo resultou a identificação de quatro categorias temáticas, respeitantes aos objetivos dos estudos analisados. A primeira categoria (Tabela 1, *Anexo I*) consiste na sistematização dos artigos que abordam o funcionamento comportamental das crianças e jovens acolhidos, verificando-se nesta categoria uma ênfase no estudo da adesão a comportamentos criminais e consumo de substâncias. A segunda categoria corresponde aos artigos cujo objetivo se foca nas dimensões cognitivas do ajustamento das crianças e jovens (Tabela 2, *Anexo II*). Foram também incluídos nesta categoria, os artigos que

abordam a prestação escolar dos acolhidos. A terceira categoria (Tabela 3, *Anexo III*), inclui os artigos que investigam a saúde mental dos acolhidos, onde se enquadram os sintomas psicóticos, depressivos e emocionais dos acolhidos. Por último, a quarta categoria, foca-se especificamente na investigação do ajustamento psicossocial, propriamente dito, e respetiva evolução e influência do acolhimento, com particular destaque para a influência do acolhimento familiar (cf. Tabela 4, *Anexo IV*). Estas categorias são compatíveis com as definições de ajustamento indicadas pela cultura, refletindo também a ideia de variabilidade inerente a este conceito.

3.1. Funcionamento Comportamental

A literatura aponta para um acréscimo de riscos comportamentais em jovens e crianças no sistema de acolhimento, como consumo de substâncias ou atos delinquentes, existindo a possibilidade destes padrões comportamentais se manifestarem na idade adulta (Pears, Kim e Fisher, 2016; Yang, McCuish & Corrado, 2017). No caso de existir uma manutenção na idade adulta, de dependência dos serviços sociais e de proteção de crianças, esta dependência poderá ser prejudicial no futuro para o seu filho (Pears, Kim & Fisher, 2016).

Traube, James, Zhang e Landsverk (2012), através de um estudo elaborado com dados do *National Survey on Child and Adolescent Well-Being* (NSCAW), relativos a crianças inseridas nos serviços de proteção, dos seus cuidadores, professores, e de trabalhadores deste ramo, examinaram os fatores protetores do consumo de substâncias, tendo em consideração o risco psicossocial detetado numa fase inicial do estudo, durante um período de 36 meses. Os autores referem que jovens que se mantiveram na sua família de origem, evitando a inserção em algum contexto de acolhimento fora de casa, durante o envolvimento com o sistema de proteção, tinham menores probabilidades de consumos de substâncias duras no período estudado. Além disso, os comportamentos e envolvimento com pares delinquentes revelaram-se como fatores de risco, tanto para o consumo social como severo de substâncias. Importa salientar que neste estudo foram encontrados poucos fatores protetores dos comportamentos de consumo de substâncias, destacando-se a ligação que o jovem tem com o seu cuidador como um fator de proteção. Contudo, não foi encontrado qualquer fator associado à prevenção do consumo de substâncias duras no futuro, pelo que os autores enfatizam a necessidade de investigar as razões que contribuem para o elevado risco de consumos em jovens apoiados pelos serviços de proteção.

Pears e colaboradores (2016) apontam para a autoeficácia como um fator protetor de comportamentos de risco para crianças em regime de acolhimento familiar, sendo isto testado através do programa de intervenção *Kids in Transition to School* (KITS). Esta intervenção foi implementada aos 5 anos de idade, como modo de preparar os jovens acolhidos para o jardim-de-infância, promovendo competências que fomentassem a preparação para a escola e posterior sucesso académico. A amostra desta intervenção incluiu jovens inseridos em acolhimento familiar, seja este com ou sem ligações familiares, sendo distribuídos de forma aleatória, um grupo que seria alvo desta intervenção e outro que não beneficiaria da mesma. Esta intervenção foi de curta duração, e os resultados foram avaliados aos 9 anos de idade, coincidindo com o terceiro ano de escolaridade. O objetivo desta intervenção foi o de promover a autoeficácia através da preparação escolar, tendo estes autores destacado a importância da preparação escolar numa fase precoce, de modo a potenciar atitudes positivas que mitigam as possibilidades de futuros consumos de substâncias ou adesão a comportamentos delinquentes. Os autores concluem que uma maior autoeficácia escolar, promovida através da intervenção realizada, está associada a menor envolvimento com pares com comportamentos desviantes.

Rebbe, Nurius, Ahrens e Courtney (2017) realizaram um estudo onde avaliaram o impacto de diferentes tipologias de adversidade entre jovens que se preparavam para emancipar do sistema de acolhimento familiar. Neste estudo, foram abordados três tipos de adversidade, complexa, ambiental (relativa ao contexto comunitário em que o jovem está inserido) e menor. Os resultados mostraram que o impacto da adversidade deriva não só tipologia, mas também da acumulação da mesma. Em concreto, os jovens que experienciaram adversidade complexa, ou seja um nível de adversidade severo, estão mais propícios a passar por situações de sem abrigo, possuir sintomas depressivos e a aderir a comportamentos criminais comparativamente aos jovens que experienciaram adversidade menor. Adicionalmente, os autores alertam para uma maior necessidade de tratamento da saúde mental entre jovens afetados por níveis elevados de adversidade. Num outro prisma, a exposição a adversidade ambiental está associada a maior prevalência de detenções comparativamente aos restantes tipos de adversidade. Por último, o estudo indica que os jovens sujeitos a adversidade complexa e ambiental demonstram maior taxa de stress pós-traumático, sintomatologia de consumo excessivo de álcool e drogas, e adesão a uma panóplia de atividades criminais, com destaque para a venda de drogas, envolvimento em gangues, trocas de sexo por dinheiro e crimes económicos.

Yang e colegas (2017) compararam as probabilidades de ofensas e criminalidade entre um grupo com experiências de colocações em acolhimento familiar e outro sem estas experiências, tendo verificado que o grupo de acolhimento demonstrou maior probabilidades de praticar estas ofensas e de se enquadrar nos fatores de risco que o estudo avalia, nomeadamente disfuncionalidade familiar, problemas escolares, autoconceito negativo e a diversidade de consumo de substâncias, apontando para uma história de adversidade acumulada. A amostra foi retirada da *Incarcerated Serious and Violent Young Offender Study* (ISVYOS), sendo este estudo realizado no Canadá desde 1998. As crianças e jovens do sexo feminino apresentavam mais probabilidade de ingressar em contexto de acolhimento e menor de encarceração entre os 12 e 23 anos de idade (344 dias para o sexo feminino e 751 dias para o sexo masculino). O estudo indica, ainda, que os jovens acolhimento familiar apresentam maior taxa de criminalidade e propensão a crimes mais severos. No entanto, os autores admitem que o grau e natureza deste risco necessita de maior estudo. Através de uma análise de regressão logística multinominal, os autores verificaram que crianças e jovens em acolhimento têm uma maior probabilidade de demonstrar um padrão crónico de ofensas entre a adolescência e a idade adulta.

Globalmente, a literatura sugere que, crianças em acolhimento familiar possuem risco elevado de problemas psicossociais futuros, como insucesso escolar, consumo de álcool ou outras substâncias e comportamentos criminais. Posto isto, impõe-se a promoção de um desenvolvimento saudável através da promoção de competências adaptativas que possam ter impacto em diversas áreas do desenvolvimento e potenciem a redução de fatores de risco que acarretam consequências negativas a longo prazo (Pears et al., 2016).

3.2. Dimensão Cognitiva

Comparativamente a crianças e jovens que se mantêm institucionalizados, as crianças e jovens retirados de instituições e colocados em acolhimento familiar ou casas adotivas tendem a apresentar ganhos de QI significativos (Almas, Degnan, Nelson, Zeanah & Fox, 2016).

Os resultados de um estudo longitudinal, dos 30 meses aos 12 anos de idade da amostra, (Almas et al., 2016) apontam para a importância de acolhimento familiar de alta qualidade na atenuação dos efeitos negativos de privação psicossocial no desenvolvimento cognitivo. Adicionalmente, os resultados deste estudo relatam que o impacto negativo de institucionalização precoce no desenvolvimento do QI poderá continuar em fases mais avançadas da infância, alertando que os grupos deste estudo que foram alvos desta

institucionalização precoce (tanto o grupo que se manteve na instituição como o de acolhimento) demonstraram menores resultados ao nível do QI quando comparando com o grupo da comunidade que nunca teve estas experiências. Estes resultados correspondem aos dados obtidos aos 12 anos de idade como *follow-up* da avaliação realizada aos 8 anos de idade (Fox, Almas, Degnan, Nelson & Zeanah, 2011). Ainda relativamente ao impacto da institucionalização no desenvolvimento cognitivo, Fox e colaboradores (2011) destacam a importância de colocação precoce como fator preditor de estabilidade de acolhimento, e consequentemente, ganhos de QI ao longo do tempo, enfatizando a importância de intervenção precoce.

Os efeitos de privação psicossocial, como consequência de institucionalização precoce, também se manifestam ao nível da memória e funções executivas do acolhido (Bos, Foz, Zeanah & Nelson, 2009). Crianças criadas num contexto de institucionalização estão propícias a um impacto negativo, tanto ao nível da atenção como da regulação emocional, o que consequentemente pode influenciar o controlo comportamental e relações sociais (Troller-Renfree, McDermott, Nelson, Zeanah & Fox, 2015).

Os dados de um estudo relativo ao impacto da institucionalização ao nível da atenção, que avaliou a existência de vieses atencionais em crianças com 8 anos de idade, revelou que crianças que foram alvo de acolhimento de alta qualidade, comparativamente com as crianças do grupo que se manteve institucionalizado, são mais propícias a ter um viés perante um estímulo positivo, em detrimento do ameaçador. O viés associado a estímulos positivos, foi associado pelos autores, a um maior envolvimento social, comportamentos pró-sociais, e menores perturbações externalizadores e comportamentos internalizadores (Troller-Renfree et al., 2015). Num *follow-up*, aos 12 anos de idade, Troller-Renfree e colaboradores (2017) relatam que as crianças que foram alvo da intervenção de acolhimento familiar, apresentam um processamento seletivo perante o estímulo positivo, sendo isto associado pelos autores a melhor saúde mental e bem-estar. Por último, os autores salientam a importância da estabilidade da colocação de acolhimento, associando bons níveis de estabilidade a um viés perante estímulos positivos, enquanto que a existência de instabilidade no acolhimento promove um viés para o estímulo ameaçador, estando este associado a resultados negativos.

Conforma anteriormente descrito, optou-se por incluir no domínio cognitivo os estudos referentes à prestação escolar dos jovens e crianças acolhidos, visto considerar-se uma problemática de natureza cognitiva. Com isto em mente, Pears, Kim, Fisher e Yoerger

(2013) referem que crianças com história de maus tratos e colocação no sistema de acolhimento estão mais propícias a consequências negativas do cariz psicossocial, estando aqui incluído o insucesso escolar. Através de um estudo que avalia o envolvimento escolar nas dimensões cognitiva, afetiva e comportamental, estes autores procuraram verificar se o envolvimento escolar funcionaria como um mediador da associação entre ser vítima de maus-tratos no contexto de acolhimento e desempenho escolar no ensino básico. Foram avaliadas as competências académicas, atitude perante consumo de substâncias, comportamentos externalizadores e associação a pares delinquentes. O estudo dividiu-se em dois grupos de crianças, um inserido no sistema de acolhimento e outro da comunidade em famílias de classe socioeconómica baixa. Os autores referem que as crianças no grupo de acolhimento revelam menores competências académicas e menor envolvimento escolar nas dimensões da cognição e afetividade, e apresentam maior risco de adesão a comportamentos problemáticos.

Nesta sequência, Montserrat, Casas e Bertran (2013) apontam igualmente para maiores dificuldades ao nível da educação por parte da população inserida nos sistemas de acolhimento familiar e residencial contexto de acolhimento. Os autores referem que as debilidades que este grupo apresenta foram visíveis em todos os parâmetros avaliados (nível académico, assiduidade e comportamento na sala de aula). No entanto, dentro do grupo de jovens acolhidos, estes referem que, apesar de, como um todo, estarem em desvantagem perante a população geral, os acolhidos em contexto em residencial estão em maior desvantagem comparativamente aos jovens em acolhimento familiar.

3.3. Saúde Mental

Globalmente, os jovens nos sistemas de acolhimentos estão em risco de impacto negativo ao nível da saúde mental e consequências psicossociais, designadamente se estiverem prestes a emancipar-se do acolhimento e a entrar na idade adulta, onde têm de assumir uma postura autossuficiente (Bederian-Gardner et al., 2018). As taxas de depressão são maiores nestes jovens do que na população geral, alcançando o seu pico, entre os 17 e 19 anos de idade, ou seja quando preparam a sua autonomização fora do contexto de acolhimento e o início da idade adulta (Valdez, Lim & Parker, 2015). A literatura alerta, ainda, para o risco desta população experienciar maus-tratos na sua família biológica, e posteriormente, ser alvo de novos maus-tratos no acolhimento familiar, sejam estes de cariz físico, ou sexual, com consequências significativas ao nível da saúde mental. Tendo em conta vulnerabilidade desta população, o impacto dos maus-tratos pode ser

considerável (Taussig, Culhane, Garrido, Knudtson & Petrenko, 2012; Steenbakkens, Ellingsen, Steen & Grietens, 2017; Valdez et al., 2015).

As crianças em acolhimento familiar, nomeadamente as que experienciaram abusos sexuais nas famílias de origem, necessitam de um ambiente seguro onde as suas necessidades psicossociais sejam cumpridas (Steenbakkens et al., 2017).

Um estudo, realizado através de entrevistas com 44 antigos acolhidos em contexto familiar, revelou necessidades diversas nesta população, tendo os autores apontado a necessidade de autonomia e a procura de um futuro melhor como algumas das mais comuns nos relatos da amostra. Deste grupo de 44 entrevistados, 15 revelaram história de abuso sexual durante a sua infância. Apesar das semelhanças de necessidades entre os dois grupos (um com história de abuso sexual e outro sem estas experiências), o grupo com estas experiências de abuso, indicou especificamente, a falta de interesse em manter uma relação afetiva com os seus cuidadores, querendo apenas uma relação básica com os mesmos, sem grandes laços emocionais. Ainda em relação a este estudo, os autores, referem que as crianças abusadas têm mais hipótese de passar por uma experiência de acolhimento mais instável (Steenbakkens et al. 2017).

Ainda relativamente ao impacto que as medidas de acolhimento têm na saúde mental, a literatura aponta para maiores níveis de stress pós-traumático e aparecimento de perturbações do cariz psiquiátrico e psicopatológico, como perturbações ao nível da aprendizagem, personalidade e emocionais (como impulsividade) (Kayser et al., 2011; White et al., 2011).

O estudo de Bederian-Gardner e colaboradores (2018) relata resultados coerentes com estas dificuldades, associando o acolhimento, nas suas várias modalidades, com instabilidade escolar e de residência, o que, consequentemente, funciona como um preditor de relatos de sintomas de stress pós-traumático, depressão e ansiedade. Quando comparando o impacto da instabilidade entre grupos, os jovens em contexto de acolhimento são alvo de consequências mais graves do que a população geral. Valdez e colegas (2015) realizaram um estudo com jovens prestes a sair de acolhimento familiar (idades entre os 17 e 18 anos), que apresentavam no início do estudo sintomas de depressão. Neste estudo, examinaram a correlação entre componentes promotoras de mudança positiva (compaixão pelos outros e autoeficácia) e o seu efeito nestes sintomas depressivos. Os resultados encontrados aludem para maiores níveis de autoeficácia como um fator promotor de decréscimo de sintomas depressivos no espaço de um ano. Contudo,

a compaixão pelos outros não representou um fator significativo de mudança, tanto nos sintomas iniciais de depressão como em futuras mudanças destes sintomas. No entanto, os autores verificaram que a maioria da amostra referiu experienciar mudanças positivas, muito devido à influência de aumento de compaixão pelos outros e da percepção de autoeficácia. Por último, alertam igualmente para os maus-tratos que os jovens em acolhimento são alvo, tanto na sua família biológica, como posteriormente, na sua família de acolhimento.

Taussig e colaboradores (2012), na realização de um programa de mentoria, *Fostering Healthy Futures* (FHF), que teve como alvo jovens em idade pré-adolescente no sistema de acolhimento familiar, procuraram determinar se este programa tinha um efeito moderador do impacto de ambientes familiares negligentes a que estes jovens estão expostos. Os autores concluíram que o programa teve um impacto bastante positivo no funcionamento mental dos participantes. Os autores relatam que crianças com experiências mais severas de negligência física tinham menores hipóteses de se sentirem socialmente aceites, por isso a componente social da intervenção poderá ser uma ferramenta útil para combater melhor esta área. A hipótese levantada pelos autores, de que os efeitos da intervenção seriam mais significativos em crianças que sofreram negligência física mais grave, não se confirmou. Poulton e colaboradores (2014), realizaram uma intervenção onde colocaram jovens delinquentes em acolhimento familiar como modo de tratamento, tendo analisado o impacto desta intervenção nos sintomas psicóticos da amostra. Os resultados apontaram efeitos positivos no grupo de acolhimento quando comparado com o grupo que se manteve na mesma situação residencial, tendo-se verificado que o grupo de tratamento demonstrou níveis de sintomatologia psicótica significativamente inferiores (cerca de metade dos sintomas) ao grupo de comparação, num período de 24 meses.

Por último, Humphreys e colaboradores (2015), investigaram o impacto do acolhimento familiar de qualidade nos efeitos da privação social, ao nível da apatia/falta de demonstração emocional, em crianças com experiência precoce de colocação em contextos institucionais. A amostra era constituída por crianças de 12 anos, do *Bucharest Early Intervention Project*, foi dividida em grupos de acolhimento, que foram alvo da intervenção, um grupo que se manteve institucionalizado e um grupo de comparação nunca antes institucionalizado. Os resultados indicaram que crianças nunca antes institucionalizadas demonstraram menores traços de apatia. Além disso, transferir jovens institucionalizados para contextos de acolhimento familiar, durante uma média de 22

meses, tem efeitos redutores da apatia nos jovens do sexo masculino mas não no sexo feminino.

3.4. Ajustamento Psicossocial

A literatura, na sua generalidade, alerta para os riscos de manifestações de problemas psicossociais na idade adulta em jovens em contexto de acolhimento, incluindo acolhimento familiar. Fatores de risco como separação maternal e instabilidade ao nível das colocações, podem atenuar os efeitos protetores perante as adversidades a que o jovem foi exposto (Bruskas & Tessin, 2013). Os jovens no sistema de acolhimento familiar, apresentam maiores dificuldades psicossociais, muito devido às taxas de maus-tratos a que esta população é sujeita. Muitos destes jovens são sujeitos a tratamentos psicológicos e/ou psicotrópicos, no entanto, nem todos aceitam este tratamento, ou necessitam do mesmo (Reddy et al. 2012). As dificuldades escolares apresentadas por esta população também contribuem para o desenvolvimento de problemáticas psicossociais e dificuldades na projeção do futuro destes jovens. Logo, esta é uma temática essencial a ter em conta por parte dos agentes que compõe os sistemas de acolhimento (Forsman, Brannstrom, Vinnerljung & Hjern, 2016; Berlin, Vinnerljung & Hjern, 2011). Crianças colocadas em contextos de acolhimento fora do seu meio biológico são expostas com frequência a traumas interpessoais, abuso e violência doméstica. A acumulação de traumas interpessoais, como maus tratos, está associada a dificuldades funcionais, sintomas da saúde mental e comportamentos de risco (Liu et al., 2016; Barber & Delfabbro, 2009). Os maus-tratos a que alguns destes jovens são expostos também variam consoante as suas características individuais, como o sexo, sendo importante referir que Liu e colaboradores (2016) detetaram maior frequência de abuso emocional e sexual em jovens do sexo feminino comparativamente com o masculino. Estes autores também relatam que crianças com exposição a múltiplos traumas, inseridas em acolhimento familiar ou casas voluntárias (sendo este estudo realizado em entidades deste cariz da Singapura), estão mais prováveis a adquirir necessidades ao nível do seu funcionamento de vida, comportamento e de cariz emocional. Adicionalmente, também alertam para maiores comportamentos de risco por parte desta população.

Importa salientar a dificuldade de rastrear estes maus-tratos, sendo destacado na literatura que as experiências de maus tratos em acolhimento familiar relatadas pelos jovens distinguem-se consoante o tipo de recolha de dados executada. Isto provoca uma

disparidade entre as informações relatadas pelos acolhidos e os dados que aparecem nos arquivos do caso dos mesmos. (Cho & Jackson, 2016).

Os comportamentos sexuais de risco, e gravidez precoce, também são frequentes nesta população, o que devido às suas competências parentais limitadas, contribui para a sua vulnerabilidade. Schelbe e Geiger (2016), entrevistaram 33 jovens pais prestes a emancipar-se do sistema de acolhimento, e detetaram estas limitações. Contudo, referem que apesar destas dificuldades, os jovens demonstraram determinação em ser bons pais, visto que querem uma melhor vida para os seus filhos. Demonstraram igualmente receio de que futuramente o seu (sua) filho(a) ingressasse no sistema de acolhimento. No mesmo sentido, Foster, Beadnell e Pecora (2015) alertam para a existência de uma ligação intergeracional, nomeadamente entre o funcionamento global do pai biológico e futuras consequências no funcionamento dos filhos, resultando em múltiplas consequências e possível inserção no sistema de acolhimento.

A literatura aponta para uma menor tempo em acolhimento, quando o pai biológico se encontra envolvido com o processo e colaboram com os planos do caso da criança em questão. Este envolvimento potencia tanto a reunificação com a família biológica ou a inserção em acolhimento com pessoas que possuam laços familiares com a criança (Coakley, 2013).

Bruskas e Tessin (2013) realizaram um estudo com o objetivo de verificar a relação entre experiências adversas na infância e bem-estar psicossocial na idade adulta, nomeadamente em mulheres que estiveram em acolhimento familiar enquanto crianças. Responderam a um questionário 101 mulheres, com idades entre os 18 e 71 anos. Os resultados revelaram que 97% da amostra já tinha experienciado algum tipo de adversidade prévia à sua entrada no sistema de acolhimento, sendo referido que crianças que estão prestes a ingressar em acolhimento já se encontram num estado de vulnerabilidade, e em risco de experienciarem adversidade durante este processo com possíveis consequências psicossociais a manifestarem-se durante a idade adulta. Apesar disso, os resultados apontaram para um decréscimo significativo de negligência física e de exposição a um ambiente familiar disfuncional após a entrada no sistema de acolhimento, estimando uma redução entre 16 e 19% destas problemáticas. Contudo, não foram encontradas diferenças significativas ao nível dos maus-tratos emocionais e físicos.

Nesta sequência, a literatura revela que as crianças inseridas no sistema de proteção são propícias a já terem sofrido de adversidade significativa antes da sua colocação.

Contudo, Jimenez-Morango, Leon e Roman (2015) apontam para maiores dificuldades entre crianças institucionalizadas. Num estudo semelhante ao referido anteriormente, estes autores estudaram uma amostra de 230 crianças, com idades entre os 4 e 10 anos, onde os seus cuidadores preencheram um questionário, de modo a perceber o seu ajustamento. Os resultados apontaram para um ajustamento psicológico, globalmente positivo. No entanto, após um período de tempo, as crianças institucionalizadas experienciaram maiores dificuldades, comparando com as crianças em acolhimento familiar. Importa salientar que fatores como níveis de adversidade precoce, idade na hora de admissão e duração da mesma, são todos fatores influentes de ajustamento psicológico. Leloux-Opmeer, Kuiper, Swaab e Scholte (2017), enfatizam as dificuldades dos jovens acolhidos em contexto residencial, estando estas manifestadas em diversas facetas, como ao nível da aprendizagem, saúde mental e problemas comportamentais. Neste estudo, que compara as diferenças entre jovens em acolhimento familiar, grupos do tipo familiar e acolhimento residencial, verificaram-se as diferenças referidas anteriormente, sendo importante enfatizar que os jovens em contexto residencial apresentaram maiores dificuldades nos parâmetros referidos que os outros dois grupos. Apesar de maiores dificuldades entre o grupo de acolhimento residencial, os jovens em *settings* de grupos familiares apresentam défices ao nível da vinculação e traumas. Adicionalmente, os cuidadores destes jovens apresentam dificuldades ao nível dos seus problemas individuais, como problemas de saúde mental.

A instabilidade ao nível das transições, ou seja, a frequência com que os jovens mudam de cuidador ou local de acolhimento também contribui negativamente para a qualidade deste processo, podendo esta instabilidade resultar em problemas de cariz psicossocial. A exposição a violência na comunidade em conjunto com esta instabilidade de acolhimento também é um fator de risco para o funcionamento do jovem (Garrido, Culhane, Petrenko & Taussig, 2011). A literatura aponta para maior estabilidade, e consequentemente, menor existência de ruturas do processo de acolhimento, nas medidas de acolhimento com laços familiares. Ainda nesta sequência, fatores ao nível da família de acolhimento podem ser tanto fatores de risco como protetores para o desenvolvimento do jovem. A presença de um filho biológico família de acolhimento poderá aumentar o risco de comportamentos antissociais, já que podem suscitar situações de ciúmes ou rivalidade, sendo estes sentimentos prejudiciais para a estabilidade e sucesso do processo. Adicionalmente, quando os cuidadores assumem a intenção de desistir do acolhimento, isto

pode ser prejudicial para a criança, promovendo uma maior instabilidade na mesma (Goemans, Geel & Vedder, 2016). O ajustamento psicossocial da criança é um fator protetor perante estas ruturas.

Um estudo de Osborn, Delfabbro e Barber (2008) aponta alguns fatores de risco que podem potenciar esta interrupção do acolhimento, nomeadamente a existência de uma história de violência familiar. Os autores referem que existe alguma tendência de associação entre pior ajustamento psicossocial das crianças quebrasse o risco de interrupção do acolhimento, mas a relação não foi estatisticamente significativa.

A literatura relaciona a ingressão precoce da criança em contextos de acolhimento estável com experiências positivas de acolhimento, sendo estes efeitos, mais comuns em grupos de acolhimento em contextos familiares. Contudo, referem que estes resultados positivos, quando comparado com os jovens em acolhimento residencial, podem estar relacionados com o motivo pelo qual os jovens foram inseridos nesse contexto. Adicionalmente, múltiplas colocações e a duração do acolhimento estão associadas as desvantagens na idade adulta (Dregan & Gulliford, 2011). Por fim, Leloux-Opmeer e colaboradores (2017) verificaram que crianças colocadas em contextos residenciais possuem problemas mais severos na hora de admissão. Contudo, nos contextos familiares as consequências são mais severas para os cuidadores, destacando-se alguns relatos de problemas mentais, sendo isto um sinal da exigência da tarefa de acolher.

4. Discussão

No que diz respeito aos resultados, a população inserida no sistema de acolhimento é retratada como vulnerável, sendo esta uma ideia partilhada pelos múltiplos autores dos artigos que incluem esta revisão. A literatura destaca a autoeficácia como um fator protetor perante consequências psicossociais, designadamente o foco no sucesso escolar (Pears et al., 2016). Adicionalmente, o conceito de autoeficácia é enfatizado, como sendo um fator de proteção perante o ajustamento psicossocial tanto ao nível de comportamentos de risco (Pears et al., 2016), como de sintomas depressivos e outras problemáticas relativas à saúde mental (Valdez et al., 2015).

Outro dos conceitos destacados é a adversidade, nomeadamente numa fase precoce, e a sua acumulação como fator de risco para esta população. O estudo de Liu e colaboradores (2016) associa a acumulação de traumas interpessoais em idade precoce como um fator de risco para comportamentos inadaptativos e consequências negativas de cariz psicossocial, sendo esta uma das ideias recorrentes na literatura. Yang e

colaboradores (2017) destacam o ambiente familiar, problemas escolares, autoconceito negativo e consumo de substâncias como fatores de risco para esta população, associando as possíveis consequências psicossociais a um historial de adversidade acumulada.

A instabilidade de colocação do acolhimento familiar é um fator a ter em conta, visto que esta instabilidade contribui para o desenvolvimento de problemas de cariz psicossocial (Garrido et al. 2011). Adicionalmente, a falta de compromisso dos cuidadores (designadamente manifestar vontade de desistência do processo) e o impacto que estas medidas podem ter nos mesmos, são fatores de possível comprometimento da qualidade do processo de acolhimento familiar (Goemans et al., 2016).

O impacto da institucionalização precoce foi um dos pontos destacados pela literatura analisada. Em diversos estudos, presentes nesta revisão, verificaram-se efeitos positivos do acolhimento familiar de alta qualidade em crianças previamente institucionalizadas. Estas melhorias manifestaram-se ao nível do desenvolvimento cognitivo, nomeadamente ganhos de QI (Almas et al., 2016). Os efeitos negativos da institucionalização precoce manifestam-se não só ao nível do desenvolvimento cognitivo, como também ao nível da memória, funções executivas, atenção e regulação emocional, sendo esta última importante ao nível do controlo do comportamento e na relação com os outros (Troller-Renfree et al., 2015). Entre os jovens que saíram de um contexto de institucionalização para acolhimento familiar, a literatura aponta, ainda, para uma maior atração dos jovens para estímulos positivos. Esta atração representa um conjunto de competências positivas, como maior envolvimento social, comportamentos pró-sociais, e menores perturbações externalizadoras e de comportamento internalizado. (Troller-Renfree et al., 2015). A colocação de jovens institucionalizados em contexto familiar pode também ter efeitos positivos ao nível da apatia e falta de demonstração emocional por parte dos jovens, embora esta intervenção pareça ter maior impacto no sexo masculino (Humphreys et al. 2015).

Na sua globalidade, a população acolhida encontra-se em desvantagem quando comparada com crianças e jovens que nunca tiveram experiências de acolhimento, seja este residencial ou familiar (Pears et al., 2013). Além disso, os jovens em acolhimento residencial representam o grupo que apresenta as maiores lacunas (Montserrat et al., 2013; Leon e Roman, 2015). Esta população não só apresenta os maiores riscos nos domínios comportamental e cognitivo, como também ao nível da saúde mental, apontando a literatura para o peso significativo da história prévia de adversidade. Em particular, os

maus-tratos podem assumir um papel impulsionador de consequências inadaptativas, podendo estas manifestarem-se na idade adulta ou após emancipação do sistema de acolhimento (Taussig et al., 2012; Steenbakkers et al., 2017; Kayser et al., 2011; White et al., 2011). Como fator protetor, a literatura aponta o papel da autoeficácia como um mecanismo atenuador do impacto negativo dos maus-tratos e consequências de cariz psicossocial. Na literatura analisada, o conceito de autoeficácia está intrinsecamente ligado ao sucesso escolar (Pears et al., 2016). O conceito de adversidade acumulada está muito presente na literatura, sendo importante considerar que alguns destes jovens são alvos de maus-tratos tanto no seio da sua família biológica, como, posteriormente, na sua colocação de acolhimento. Posto isto, o estabelecimento de autoeficácia pode funcionar como um mecanismo atenuador do impacto dos maus-tratos (Valdez et al., 2015).

Embora a literatura descreva positivamente os efeitos do acolhimento familiar, o sucesso deste é mediado por múltiplos fatores, podendo estes ser de cariz individual, ao nível da criança, ou do próprio contexto da família de acolhimento. A estabilidade inerente a contextos de família funciona como um promotor de sucesso. Contudo, fatores como a presença de um filho biológico, funcionamento psicossocial enfraquecido da criança acolhida, como consequência de um historial de adversidade, e falta de preparação ou compromisso perante a exigência da tarefa por parte dos cuidadores, podem reduzir a taxa de sucesso deste processo (Goemans et al., 2016).

Em suma, o foco principal desta revisão sistemática da literatura consistia em explorar os preditores de ajustamento psicossocial da medida de acolhimento familiar. Contudo, e apesar de este objetivo ter sido alcançado, destaca-se como limitação a obtenção de resultados pouco conclusivos, nomeadamente ao nível dos fatores de risco e, sobretudo, de proteção que determinam este ajustamento. Apesar da revisão apresentada se reportar aos últimos 11 anos de investigação, poderá ser útil validar a aparente escassez de investigação neste âmbito através do aumento do período temporal da revisão.

Em todo o caso, atendendo ao conhecimento produzido nos últimos anos, e tendo em conta o potencial impacto positivo do acolhimento familiar na trajetória de vida das crianças e jovens em perigo, é imperativa a continuação de trabalho científico nestas áreas. Neste sentido, o desenvolvimento do conhecimento nesta temática pode contribuir significativamente para a qualidade da intervenção por parte dos agentes que compõem o sistema de acolhimento e potenciar o ajustamento psicossocial das crianças e jovens acolhidos.

Referências Bibliográficas

- Ainsworth, M. S., & Bowlby, J. (1991). An ethological approach to personality development. *American Psychologist*, 46 (4), 333-341.
- Almas, A.N., Degnan, K.A., Nelson, C.A., Zeanah, C.H., & Fox, N.A. (2016). IQ at age 12 following a history of institutional care: Findings from the bucharest early intervention Project. *Developmental Psychology*, 52 (11), 1858-1866. DOI: 10.1037/dev0000167
- Amorós, P., & Palacios, J. (2004). *Acogimento Familiar*. Madrid: Alianza Editorial.
- Barber, J.G., & Delfabbro, P.H. (2009). The profile and progress of neglected and abused children in long-term foster care. *Child Abuse and Neglect*, 33 (7), 421-428. DOI: 10.1016/j.chiabu.2006.03.013
- Bederian-Gardner, D., Hobbs, S.D., Ogle, C.M., Goodman, G.S., Córdón, I.M., Bakanosky, S., Narr, R., Chae, Y., & Chong, J.Y. (2018). Instability in the lives of foster and nonfoster youth: Mental health impediments and attachment insecurities. *Children and Youth Services Review*, 84, 159-167. DOI: 10.1016/j.chilyouth.2017.10.019
- Berlin, M., Vinnerljung, B., & Hjern, A. (2011). School performance in primary school and psychosocial problems in young adulthood among care leavers from long term foster care. *Children and Youth Services Review*, 33 (12), 2489-2497. DOI: 10.1016/j.chilyouth.2011.08.024
- Bos, K.J., Fox, N., Zeanah, C.H., & Nelson III, C.A. (2009). Effects of early psychosocial deprivation on the development of memory and executive function. *Frontiers in Behavioral Neuroscience*, 3, 16. DOI: 10.3389/neuro.08.016.2009
- Bruskas, D., & Tessin, D.H. (2013). Adverse childhood experiences and psychosocial well-being of women who were in foster care as children. *The Permanente journal*, 17 (3), 131-141.
- Calheiros, M. (2015). *A Vinculação e o Acolhimento Familiar*. In Delgado, P. (coord.). *Acolhimento Familiar de Crianças: Pelo direito de crescer numa família*. (33-35). Mundos de Vida.

- Child Welfare Information Gateway. (2017). *Foster care statistics 2015*. Washington, DC: U.S. Department of Health and Human Services, Children's Bureau.
- Cho, B., & Jackson, Y. (2016). Self-reported and case file maltreatment: Relations to psychosocial outcomes for youth in foster care. *Children and Youth Services Review*, 69, 241-247. DOI: 10.1016/j.childyouth.2016.08.013
- Coakley, T.M. (2013). The influence of father involvement on child welfare permanency outcomes: A secondary data analysis. *Children and Youth Services Review*, 35 (1), 174-182. DOI: 10.1016/j.childyouth.2012.09.023
- Decreto-Lei n. 11/2008. (2008). *Diário da República*, 1ª série, 552-559. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Del Valle, J.F. & Bravo, A. (2013). Current trends, figures and challenges in out-of-home child care: an international comparative analysis. *Psychosocial Intervention*, 22 (3), 251-257.
- Delgado, P. (2010). O Acolhimento Familiar em Portugal. Conceitos, práticas e desafios. *Psicologia & Sociedade*, 22 (2), 336-344.
- Doyle, J. (2008). Child Protection and Adult Crime: Using Investigator Assignment to Estimate Causal Effects of Foster Care. *Journal of Political Economy*. 116 (4), 746-770.
- Drapeau, S., Saint-Jacques, M., Lépine, R., Bégin, G., & Bernard, M. (2007). Processes that contribute to resilience among youth in foster care. *Journal of Adolescence*, 30 (6), 977-999.
- Dregan, A., & Gulliford, M.C. (2012). Foster care, residential care and public care placement patterns are associated with adult life trajectories: Population-based cohort study. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 47 (9), 1517-1526. DOI: 10.1007/s00127-011-0458-5
- Fisher, P.A., Leve, L.D., Delker, B., Roos, L., Cooper, B. (2016). *A developmental psychopathology perspective on foster care research*. In D. Cicchetti (Ed.), *Developmental Psychopathology*. Hoboken, NJ: Wiley.

- Forsman, H., Brännström, L., Vinnerljung, B., & Hjern, A. (2016). Does poor school performance cause later psychosocial problems among children in foster care? Evidence from national longitudinal registry data. *Child Abuse and Neglect*, 57, 61-71. DOI: 10.1016/j.chiabu.2016.06.006
- Fox, N.A., Almas, A.N., Degnan, K.A., Nelson, C.A., & Zeanah, C.H. (2011). The effects of severe psychosocial deprivation and foster care intervention on cognitive development at 8 years of age: Findings from the Bucharest Early Intervention Project. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 52 (9), 919-928. DOI: 10.1111/j.1469-7610.2010.02355.x
- Fry, C.E., Langley, K. & Shelton, K.H. (2017). A systematic review of cognitive functioning among young people who have experienced homelessness, foster care, or poverty. *Child Neuropsychology*, 23 (8), 907-934.
- Garrido, E.F., Culhane, S.E., Petrenko, C.L.M., & Taussig, H.N. (2011). Psychosocial consequences of caregiver transitions for maltreated youth entering foster care: The moderating impact of community violence exposure. *American Journal of Orthopsychiatry*, 81 (3), 382-389. DOI: 10.1111/j.1939-0025.2011.01106.x
- Goemans, A., van Geel, M., & Vedder, P. (2016). Psychosocial functioning in Dutch foster children: The relationship with child, family, and placement characteristics. *Child Abuse and Neglect*, 56, 30-43. DOI: 10.1016/j.chiabu.2016.04.006
- Humphreys, K.L., McGoron, L., Sheridan, M.A., McLaughlin, K.A., Fox, N.A., Nelson, C.A., & Zeanah, C.H. (2015). High-Quality Foster Care Mitigates Callous-Unemotional Traits Following Early Deprivation in Boys: A Randomized Controlled Trial. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 54 (12), 977-983. DOI: 10.1016/j.jaac.2015.09.010
- Instituto da Segurança Social. (2016). *CASA 2016 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa, Instituto da Segurança Social.
- Jackson Foster, L., Beadnell, B., & Pecora, P.J. (2015). Intergenerational pathways leading to foster care placement of foster care alumni's children. *Child and Family Social Work*, 20 (1), 72-82. DOI: 10.1111/cfs.12057

- Jiménez-Morago, J.M., León, E., & Román, M. (2015). Adversity and Adjustment in Children in Institutions, Family Foster Care, and Adoption. *The Spanish journal of psychology*, 18, 45. DOI: 10.1017/sjp.2015.49
- Jones, A.M & Morris, T.L. (2012): Psychological Adjustment of Children in Foster Care: Review and Implications for Best Practice. *Journal of Public Child Welfare*, 6 (2), 129-148.
- Kayser, C., Jaunay, E., Giannitelli, M., Deniau, E., Brunelle, J., Bonnot, O., Consoli, A., Guilé, J.-M., & Cohen, D. (2011). Psychosocial risk factors and psychiatric disorders in children and adolescents involved with foster care and admitted for inpatient psychiatric care [Article@Facteurs de risque psychosociaux et troubles psychiatriques des jeunes pris en charge par l'aide sociale à l'enfance et ayant recours à des soins hospitaliers]. *Neuropsychiatrie de l'Enfance et de l'Adolescence*, 59 (7), 393-403. DOI: 10.1016/j.neurenf.2011.07.001
- Larsen, P.D. (2016). Psychosocial adjustment. In: Larsen, P.D. (coord.). *Lubkin's Chronic Illness: Impact and Intervention*. (43-62). Burlington, MA: Jones and Bartlett Learning.
- Leloux-Opmeer, H., Kuiper, C., Swaab, H. & Scholte, E. (2018). Similarities and Differences in the Psychosocial Development of Children Placed in Different 24-h Settings. *Journal of Child and Family Studies*, 27 (4), 1299-1310. DOI: 10.1007/s10826-017-0955-6
- Leloux-Opmeer, H., Kuiper, C.H.Z., Swaab, H.T., & Scholte, E.M. (2017). Children referred to foster care, family-style group care, and residential care: (How) do they differ? *Children and Youth Services Review*, 77, 1-9. DOI: 10.1016/j.childyouth.2017.03.018
- Leve, L.D., Harold, G.T., Chamberlain, P., Landsverk, J.A., Fisher, P.A. & Vostanis, P. (2012). Practitioner Review: Children in foster care - Vulnerabilities and evidence based interventions that promote resilience processes. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 53 (12), 1197-1211.
- Liberati, A., Altman, D.G., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gøtzsche, P.C., et al. (2009) The PRISMA Statement for Reporting Systematic Reviews and Meta-Analyses of

Studies That Evaluate Health Care Interventions: Explanation and Elaboration.
PLoS Med, 6 (7): e1000100. doi:10.1371/journal.pmed.1000100

Liu, D., Chu, C.M., Neo, L.H., Ang, R.P., Tan, M.Y.L., & Chu, J. (2016). Multiple trauma exposure and psychosocial functioning in singaporean children in out-of-home care. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, 8 (4), 431-438. DOI: 10.1037/tra0000098

Masten, A.S., Best, K.M., & Garmenzy, N. (2008). Resilience and development: Contributions from the study of children who overcome adversity. *Developmente and Psychopathology*, 2 (4), 425-444.

Montserrat, C., Casas, F., & Bertrán, I. (2013). Unequal opportunities in education among adolescents in residential and family foster care [Article@Desigualdad de oportunidades educativas entre los adolescentes en acogimiento residencial y familiar]. *Infancia y Aprendizaje*, 36 (4), 443-453. DOI: 10.1174/021037013808200267

Osborn, A.L., Delfabbro, P., & Barber, J.G. (2008). The psychosocial functioning and family background of children experiencing significant placement instability in Australian out-of-home care. *Children and Youth Services Review*, 30 (8), 847-860. DOI: 10.1016/j.chilyouth.2007.12.012

Palacios, J. (2015). *Que tipo de acolhimento para que tipo de crianças?*. In Delgado, P. (coord.). *Acolhimento Familiar de Crianças: Pelo direito de crescer numa família*. (41-44). Mundos de Vida.

Pears, K.C., Kim, H.K., & Fisher, P.A. (2016). Decreasing risk factors for later alcohol use and antisocial behaviors in children in foster care by increasing early promotive factors. *Children and Youth Services Review*, 65, 156-165. DOI: 10.1016/j.chilyouth.2016.04.005

Pears, K.C., Kim, H.K., Fisher, P.A., & Yoerger, K. (2013). Early school engagement and late elementary outcomes for maltreated children in foster care. *Developmental Psychology*, 49 (12), 2201-2211. DOI: 10.1037/a0032218

- Poulton, R., Van Ryzin, M.J., Harold, G.T., Chamberlain, P., Fowler, D., Cannon, M., Arseneault, L., & Leve, L.D. (2014). Effects of Multidimensional Treatment Foster Care on psychotic symptoms in girls. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 53 (12), 1279-1287. DOI: 10.1016/j.jaac.2014.08.014
- Rebbe, R., Nurius, P.S., Ahrens, K.R., & Courtney, M.E. (2017). Adverse childhood experiences among youth aging out of foster care: A latent class analysis. *Children and Youth Services Review*, 74, 108-116. DOI: 10.1016/j.childyouth.2017.02.004
- Reddy, S.D., Negi, L.T., Dodson-Lavelle, B., Ozawa-de Silva, B., Pace, T.W.W., Cole, S.P., Raison, C.L., & Craighead, L.W. (2013). Cognitive-Based Compassion Training: A Promising Prevention Strategy for At-Risk Adolescents. *Journal of Child and Family Studies*, 22 (2), 219-230. DOI: 10.1007/s10826-012-9571-7
- Sampaio, A. (2015). *A seleção dos acolhedores e a preparação para o acolhimento*. In Delgado, P. (coord.). *Acolhimento Familiar de Crianças: Pelo direito de crescer numa família*. (81-84). Mundos de Vida.
- Schelbe, L., & Geiger, J.M. (2017). Parenting Under Pressure: Experiences of Parenting While Aging Out of Foster Care. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 34 (1), 51-64. DOI: 10.1007/s10560-016-0472-2
- Steenbakkens, A., Ellingsen, I.T., van der Steen, S., & Grietens, H. (2018). Psychosocial Needs of Children in Foster Care and the Impact of Sexual Abuse. *Journal of Child and Family Studies*, 27 (4), 1324-1335. DOI: 10.1007/s10826-017-0970-7
- Taussig, H.N., Culhane, S.E., Garrido, E., Knudtson, M.D., & Petrenko, C.L.M. (2013). Does Severity of Physical Neglect Moderate the Impact of an Efficacious Preventive Intervention for Maltreated Children in Foster Care? *Child Maltreatment*, 18 (1), 56-64. DOI: 10.1177/1077559512461397
- Traube, D.E., James, S., Zhang, J., & Landsverk, J. (2012). A national study of risk and protective factors for substance use among youth in the child welfare system. *Addictive Behaviors*, 37 (5), 641-650. DOI: 10.1016/j.addbeh.2012.01.015

- Troller-Renfree, S., Mcdermott, J.M., Nelson, C.A., Zeanah, C.H., & Fox, N.A. (2015). The effects of early foster care intervention on attention biases in previously institutionalized children in Romania. *Developmental Science*, 18 (5), 713-722. DOI: 10.1111/desc.12261
- Troller-Renfree, S., McLaughlin, K.A., Sheridan, M.A., Nelson, C.A., Zeanah, C.H., & Fox, N.A. (2017). The beneficial effects of a positive attention bias amongst children with a history of psychosocial deprivation. *Biological Psychology*, 122, 110-120. DOI: 10.1016/j.biopsycho.2016.04.008
- Valdez, C.E., Lim, B.H.P., & Parker, C.P. (2015). Positive change following adversity and psychological adjustment over time in abused foster youth. *Child Abuse and Neglect*, 48, 80-91. DOI: 10.1016/j.chiabu.2015.07.007
- White, C.R., Gallegos, A.H., O'Brien, K., Weisberg, S., Pecora, P.J., & Medina, R. (2011). The relationship between homelessness and mental health among alumni of foster care: Results from the Casey young adult survey. *Journal of Public Child Welfare*, 5 (4), 369-389. DOI: 10.1080/15548732.2011.599754
- Yang, J., McCuish, E.C., & Corrado, R.R. (2017). Foster care beyond placement: Offending outcomes in emerging adulthood. *Journal of Criminal Justice*, 53, 46-54. DOI: 10.1016/j.jcrimjus.2017.08.009

Anexo I – Tabela 1. Artigos que abordam as dimensões comportamentais do ajustamento ao acolhimento

Autores/Ano	Objetivo/Hipóteses	Amostra	Método	Resultados
Traube, James, Zhang & Landsverk (2012)	Este estudo tem como objetivo examinar a associação entre os dados de pesquisa iniciais obtidos relativos ao nível do risco psicossocial, que as medidas de proteção infantil podem ter no desenvolvimento dos adolescentes envolvidos, e os fatores protetores perante a adesão a consumo de substâncias durante um período de 36 meses.	827 Jovens com 11 ou mais anos de idade quando foi feita a recolha inicial de dados.	- Dados obtidos através da <i>National Survey of Child and Adolescent Well-Being</i> (NSCAW); - Abuso de substâncias medido através dos dados da <i>Drug-Free Schools and Communities Act</i> (DFSCA), sendo também averiguados os fatores de risco e protetores relativamente aos comportamentos de consumo.	- Evitamento de colocações em contextos de acolhimento como fator protetor perante consumo ilícito de substâncias; - Delinquência como fator de risco associado com consumo de substâncias duras e num contexto social; - Numero limitado de fatores protetores que atenuam o risco de consumo de substâncias social.
Rebbe, Nurius, Ahrens & Courtney (2017)	O propósito deste estudo vai ao encontro de verificar se diferentes perfis em população em regime de acolhimento são evidentes consoante as adversidades a que o acolhido foi exposto durante a sua infância.	732 Indivíduos com passado de acolhimento (354 do sexo masculino e 378 do sexo feminino).	Foi efetuada uma análise de classe latente, de modo, a identificar três subgrupos: Adversidade Complexa, Ambiental e Menor.	- Resultados indicam que tanto a acumulação de adversidade como a sua tipologia são relevantes; - Os jovens que passaram por Adversidade Complexa são significativamente mais prováveis de passar por situações de sem-abrigo ou pobreza, apresentar sintomas depressivos, e ingressar em atividades criminais do que jovens que experienciaram níveis de adversidade baixos.
Pears, Kim & Fisher (2016)	Este estudo examina tanto os efeitos diretos como indiretos de uma intervenção criada com o intuito de promover a preparação para a escola de crianças em contexto de acolhimento. Os participantes começaram a sua participação no estudo aos 5 anos de idade e os resultados foram analisados, consoante determinados indicadores, no terceiro ano de escolaridade (9 anos de idade), de modo a averiguar o risco envolvimento em consumo de álcool ou comportamentos delinquentes.	-192 Crianças inseridas no sistema de acolhimento familiar e os seus cuidadores; - Crianças aleatoriamente inseridas em dois grupos distintos; -Grupo que vai ser alvo da intervenção KITS (N = 102); -Grupo de comparação em acolhimento que não foi alvo desta intervenção (N = 90).	- Estudo longitudinal: - A intervenção através do programa KITS realiza-se durante os dois meses de verão antes da entrada no jardim-de-infância e nos primeiros 2 meses de jardim-de-infância no outono; - Aborda duas componentes: grupos relativos à preparação que as crianças demonstram para a escola, e grupos de cuidadores.	Os resultados da intervenção demonstraram um decréscimo positivo de atitudes perante o consumo de álcool e adesão a comportamentos antissociais. Adicionalmente, a avaliação do papel mediador das auto competências da criança determinou que a intervenção fortaleceu esta vertente, nas crianças frequentadoras do terceiro ano de escolaridade, o que, conseqüentemente, diminui o envolvimento com pares delinquentes.
Yang, McCuish & Corrado (2017)	Averiguar se crianças ou jovens no sistema de acolhimento seriam desproporcionalmente mais prováveis a demonstrar, na idade adulta, um padrão crónico de ofensas ou adesão a atividades criminais.	- Grupo de crianças e jovens com experiências de acolhimento (N = 211); - Grupo de comparação sem experiências de acolhimento (N = 153).	- Dados obtidos através das bases de dados da <i>Incarcerated Serious and Violent Young Offender Study</i> ; - Ofensas medidas através dos computadores da <i>British Columbia Corrections</i> ; - Características	Através de uma análise de regressão logística multinominal, verificou-se que crianças e jovens em acolhimento têm uma maior probabilidade de demonstrar um padrão crónico de ofensas entre a adolescência e a idade adulta.

		<p>individuais relatadas pelos próprios nas entrevistas;</p> <p>- Fatores de risco de crime medidos através da entrevista dos participantes durante a sua encarceração na adolescência.</p>	
--	--	---	--

Anexo II – Tabela 2. Artigos que abordam as dimensões cognitivas do ajustamento ao acolhimento

Autores/Ano	Objetivo/Hipóteses	Amostra	Método	Resultados
Pears, Kim, Fisher & Yoerger (2013)	Neste estudo foram exploradas diferenças em dimensões escolares relativas ao comportamento, demonstração de afeto e cognição, sendo estas dimensões focadas ao nível do envolvimento escolar numa fase precoce do ensino básico. Foi formulada uma hipótese em que estas três dimensões mediarão a associação entre os maus tratos que os membros da amostra sofriam no acolhimento e resultados ocorridos numa fase mais adiantada do ensino básico.	- Grupo de crianças mal tratadas no contexto de acolhimento (N = 93); - Grupo de comparação da comunidade de crianças sem experiências de maus tratos, mas pertencentes a uma classe socioeconómica baixa (N = 54);	Envolvimento escolar foi avaliado em três dimensões: comportamental (medido através dos dias que a criança faltava às aulas), afetivas (<i>Seattle Personality Questionnaire</i>), e cognitivas (através dos preenchimento por parte dos professores da <i>Walker-McConnell Scales of Social Competence and School Adjustment</i>).	- Crianças do grupo em contexto de acolhimento demonstraram menor envolvimento cognitivo e afetivo escolar que o grupo de comparação; - Crianças no grupo de acolhimento demonstraram menores competências académicas que o grupo de comparação. Adicionalmente, este grupo tem maior tendência para comportamentos de risco que o grupo de comparação.
Bos, Fox, Zeanah & Nelson (2009)	Investigar os efeitos de acolhimento institucional, numa fase precoce da vida (8 anos de idade), na memória e funções executivas do acolhido.	- Grupo de 93 crianças com institucionalização precoce: Participantes do Bucharest Early Intervention Project (BEIP); - Grupo de comparação de 48 crianças da comunidade sem experiências de institucionalização.	A memória e as funções executivas foram avaliadas através da administração do <i>Cambridge Neuropsychological Test and Automated Battery</i> (CANTAB).	Os resultados apontam para dificuldades na memória e funções executivas entre crianças em idade escolar com historial precoce de privação social, como consequência de institucionalização.
Almas et al. (2016)	Explorar o impacto de privação psicossocial precoce e o efeito de uma intervenção de acolhimento familiar no desenvolvimento cognitivo dos acolhidos.	- Grupo de acolhimento familiar (N = 53); - Grupo que se mantém em contexto institucional (N = 52); - Foram também recrutadas 72 crianças da comunidade para fazerem parte de um grupo de comparação, sendo este um grupo nunca antes institucionalizado.	As crianças envolvidas neste estudo foram testadas através da administração da Escala Wechsler de Inteligência para Crianças (WISC-IV).	Os resultados demonstraram benefícios contínuos da intervenção até aos 12 anos, verificando-se que as crianças que beneficiaram de acolhimento familiar tiveram marcas significativamente mais altas na escala de QI quando comparando com o grupo que recebeu tratamento institucional mais prolongado.
Troller-Renfree et al. (2017)	Examinar os padrões de viés de atenção em crianças de instituições que foram escolhidas aleatoriamente para receberem quer intervenção de acolhimento familiar de alta qualidade, ou mantidas na instituição.	- 136 crianças abandonadas na infância e colocadas em instituições em Bucareste, e que fizeram parte do Bucharest Early Intervention	- Aos 12 anos, as crianças realizaram uma <i>Dot-Probe task</i> , sendo os índices do viés de atenção calculados; - As crianças realizaram também um paradigma de stress social, do qual resulta a computação da	- As crianças colocadas em acolhimento familiar demonstraram um viés de atenção perante o estímulo positivo, enquanto que as crianças dos outros 2 grupos não demonstraram qualquer tipo de viés de atenção; - A estabilidade de colocação

		<p>Project (BEIP);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aos 12 anos foram colocadas em grupos de acolhimento familiar (N= 49) e um grupo que se manteve no contexto de instituição (N = 49); - Como grupo de comparação, foram recrutadas 48 crianças da comunidade, da mesma faixa etária que nunca experienciaram institucionalização. 	reatividade do nível de cortisol dos participantes.	de acolhimento está relacionada com viés positivo, enquanto que a estabilidade a este nível está relacionada com viés negativo.
Troller-Renfree et al. (2015)	Examinar a existência de viés na atenção visual em crianças de 8 anos que fizeram parte do Bucharest Early Intervention Project (BEIP)	<ul style="list-style-type: none"> - 136 Crianças abandonadas na infância e colocadas em instituições em Bucareste, e que fizeram parte do Bucharest Early Intervention Project (BEIP); - Aos 8 anos foram colocadas em grupos de acolhimento familiar (N= 55) e um grupo que se manteve no contexto de instituição (N = 50); - Grupo de controlo formado por 52 crianças da comunidade, da mesma faixa etária que nunca experienciaram institucionalização. 	Índices do viés de atenção, dos participantes, perante os estímulos, sejam estes positivos ou ameaçadores, foram testados através da realização de uma <i>Dot-probe task</i> .	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças colocadas em intervenção de acolhimento familiar revelaram um viés de atenção significativo perante o estímulo positivo, enquanto que o grupo que se manteve na institucionalizado demonstrou um viés de atenção significativo perante o estímulo ameaçador; - Viés positivo relacionado com maior envolvimento social, comportamentos pró-sociais, e menos perturbações externalizadoras e comportamento desajustado. Posto isto, a existência de um viés de atenção perante o estímulo positivo foi associado a riscos reduzidos de problemas comportamentais com crianças que experienciaram institucionalização precoce.
Fox et al. (2011)	Examinar os valores de coeficiente de inteligência em dois grupos de crianças com 8 anos da idade, 3 anos e meio após a intervenção com base em acolhimento familiar estar terminada.	<ul style="list-style-type: none"> - Participantes selecionados de 187 criança que começaram a viver numa das instituições de Bucareste para crianças quando tinham menos de 30 meses de vida; - Com 8 anos de idade foram aleatoriamente colocadas em dois grupos, de acolhimento 	As crianças envolvidas neste estudo foram testadas através da administração da Escala Wechsler de Inteligência para Crianças (WISC-IV).	<ul style="list-style-type: none"> - Benefícios existentes resultantes da intervenção, contudo muitas das crianças, tanto do grupo de intervenção como de controlo, já não estavam a residir nos seus locais de acolhimento iniciais; - As crianças que se mantiveram com as suas famílias de intervenção revelaram ganhos evidentes ao nível do QI.

		familiar (N = 53) e um grupo que se mantinha institucionalizado (N= 50) - Grupo de controlo constituído por 38 crianças que nunca estiveram institucionalizadas .		
Montserrat, Casas & Bertran (2013)	Identificar a situação educacional de adolescentes em acolhimento residencial e familiar (Com ligação familiar e sem ligação familiar)	265 Adolescentes catalães, nascidos em 1994, inseridos em acolhimento residencial ou familiar (com ligações familiares ou sem ligações familiares).	<ul style="list-style-type: none"> - Analise dos níveis de prestação académica, assiduidade e comportamento na sala de aula da amostra; - O estudo utilizou duas fontes de informação: Dados Governo Catalão, que resultaram na amostra, e os dados obtidos consoante as respostas a um questionário por parte dos professores: 	<ul style="list-style-type: none"> - As crianças em acolhimento revelam maiores dificuldades na obtenção de competências educacionais quando comparando com a população geral. Estas debilidades são significativas em todos os aspetos estudados; - Dentro dos jovens acolhidos, os acolhidos em contexto residencial estão em maior desvantagem.

Anexo III – Tabela 3. Artigos que abordam o impacto das medidas ao nível da saúde mental dos acolhidos

Autores/Ano	Objetivo/Hipóteses	Amostra	Método	Resultados
Taussig et al. (2012)	Este estudo procura determinar se o programa <i>Fostering Healthy Futures</i> (FHF), sendo este um programa de mentoria construído para jovens em idade pré-adolescente no sistema de acolhimento, poderá ser eficaz na moderação do impacto de ambientes familiares negligentes. Hipótese Formulada: Os efeitos desta intervenção seriam mais acentuados entre crianças com história de negligência física severa.	144 Crianças inseridas no sistema de acolhimento, com idades entre os 9 e 11 anos (M = 9.92). Após entrevistas iniciais foram divididas aleatoriamente em dois grupos, de controlo e de intervenção.	Aplicação da intervenção FHF, que consiste em duas componentes: 1- Grupos de competências; 2- Mentoria individual realizada por outros estudantes com foco em competências sociais.	<p>- O FHF demonstrou impacto positivo no funcionamento mental dos participantes;</p> <p>- A hipótese formulada não se confirmou, já que a severidade de negligência física experienciada não teve um efeito moderador significativo no impacto da intervenção.</p>
Poulton & et al. (2014)	Testar se uma intervenção psicossocial compreensiva pode alterar significativamente as trajetórias de sintomas psicóticos durante a adolescência.	<p>- 166 Jovens do sexo feminino divididas em dois grupos, através do recurso a moeda ao ar, com idades entre os 13 e 17 anos (M = 15.3);</p> <p>- Grupo de tratamento (N = 81);</p> <p>- Grupo de comparação (N = 85).</p>	<p>- Avaliação dos sintomas psicóticos no início do estudo, e depois aos 6, 12, 18 e 24 meses após o início do mesmo, tendo sido aplicado o <i>Brief Symptom Inventory</i> (BSI);</p> <p>- Aplicação de uma entrevista diagnóstica (<i>Diagnostic Interview Schedule for Children</i>) no início, aos 12 e aos 24 meses do estudo.</p>	Verificaram-se benefícios significativos do <i>Multidimensional Treatment Foster Care</i> (MTFC) no âmbito da avaliação de sintomas psicóticos, com a presença de maior benefícios que o tratamento do costume do grupo de comparação.
Humphreys et al. (2015)	Examinar traços de falta de demonstração emocional em crianças de 12 anos expostas a privação severa precoce e avaliar se uma intervenção com base em acolhimento de alta qualidade poderá mitigar o desenvolvimento destes traços.	<p>- Aos 12 anos, 95 crianças foram incluídas neste follow-up, sendo divididas em dois grupos, um de acolhimento familiar (N = 48) e outro que se mantem em ambiente institucional (N= 47);</p> <p>- Grupo de comparação constituído por 50 crianças das escolas de Bucareste que nunca estiveram institucionalizadas.</p>	<p>- A falta de demonstração emocional, foi avaliada através da administração do <i>Inventory of Callous-Unemotional Traits</i> (ICU), por via de uma entrevista realizada aos cuidados primários da criança em questão, de modo a avaliar os traços desta problemática na criança;</p> <p>- A qualidade do acolhimento também foi avaliada através do <i>Observational Record of the Caregiving Environment</i> (ORCE), de modo a avaliar a capacidade de resposta do cuidador aos problemas da criança.</p>	<p>- Crianças com experiências precoces de institucionalização apresentam níveis mais elevados de apatia emocional quando comparando com crianças nunca antes institucionalizadas;</p> <p>- Estes traços de dificuldades de demonstração emocional apresentaram-se mais baixos nas crianças que receberam a intervenção de acolhimento familiar, quando comparando com o grupo que se manteve institucionalizado.</p>
Bederian-Gardner et al. (2018)	Examinar a relação entre instabilidade, nomeadamente o número de locais de residência e escolas frequentadas, e fragilidades ao nível da saúde mental.	<p>- Grupo de jovens com experiências de acolhimento (N = 146);</p> <p>- Grupo de comparação de jovens sem</p>	Através do recurso a modelos de equações estruturais foram examinadas ligações entre instabilidade, problemas mentais, e inseguranças ao nível	A comparação entre os grupos demonstrou que a instabilidade, ao nível da mudança constante de residência, está associada a sintomas de stress pós-traumático em crianças

		experiências de acolhimento de sete escolas do estado com estudantes de classes socioeconômicas baixas (N = 83).	da vinculação, tanto no grupo acolhido como no grupo em risco da comunidade.	inseridas no sistema de acolhimento, mas não a crianças que não pertencem a este contexto.
Valdez, Lim & Parker (2015)	Examinar as componentes de mudança positiva, nomeadamente, compaixão por outros e autoeficácia, com a gravidade da depressão entre jovens, que foram alvos de abuso no passado, com 17 a 18 anos de idade enquanto se preparam para abandonar o sistema de acolhimento.	-373 jovens que estiveram no sistema de acolhimento e que se encontram a residir em um dos oito locais selecionados de Missouri; -205 são do sexo feminino; - A idade da média da amostra é de 16.35.	- <i>Childhood Trauma Questionnaire</i> (CTQ), administrado nos jovens que relataram nas suas entrevistas a existência de maus tratos na infância de cariz físico, emocional e/ ou sexual; - Mudanças positivas de vida após experienciar adversidade foram avaliadas através da <i>Perceived Benefits Scale</i> (PBS); - Sintomas depressivos avaliados através da <i>Depression-Arkansas Scale</i> (D-ARK).	- Severidade do abuso está positivamente correlacionada com níveis iniciais de depressão, e negativamente correlacionada com decréscimos de depressão; - Maiores níveis de autoeficácia estão negativamente associados com os níveis iniciais de depressão e promovem o decréscimo de sintomas depressivos no espaço de um ano; - Compaixão pelos outros não foi associada, quer aos níveis iniciais dos sintomas depressivos ou a mudanças nesses sintomas.
Steenbakkers, Ellingsen, Steen & Grietens (2017)	Foram realizadas entrevistas a jovens que previamente estiveram em acolhimento familiar, de modo, a que estas pudessem indicar as suas necessidades psicossociais e também a verificar se os jovens entrevistados com historial de abuso sexual possuem necessidades distintas.	44 Jovens com idades compreendidas entre os 16 e 28 anos (M = 20.95).	- Entrevistas relativas a informações básicas, como idade, raça, experiências de acolhimento e situação atual; - Administração do <i>Brief Symptom Inventory</i> (BSI), de modo a avaliar o funcionamento psicológico e do <i>Davidson Trauma Scale</i> (DTS), avaliando os sintomas traumáticos, sendo avaliado a soma da pontuação dos dois instrumentos (maior pontuação equivale a maiores dificuldades); - Administração do questionário <i>Adverse Childhood Experiences</i> (ACE).	- Os jovens demonstraram muitas necessidades em comum, como independência e fortalecimento de autoestima, contudo apesar desta necessidade de independência verificou-se um apeço perante o apoio do seu meio social. - Alguns dos participantes demonstraram a necessidade de processar o seu passado, contudo outros preferem ter uma postura mais projetiva perante o seu futuro, como acabar a escolaridade; - Um dos grupos revelou não querer uma relação emocional com os pais acolhedores, mantendo apenas uma relação profissional.
Kayser et al. (2011)	Avaliar se a inserção da criança ou adolescente no sistema de acolhimento muda a psicopatologia e os fatores de risco que estes enfrentam.	103 crianças e jovens com idades a rondar os 6 e os 18 anos. 52 membros desta amostra estão envolvidos em contextos de acolhimento e 51 não estão.	- Inclusão de dados relativos á história de família e médica, e avaliação de sintomas psicopatológicos através da entrevista MINI (tanto para os pais como crianças); - Administração das seguintes escalas: <i>Global Assessment Functioning</i> , <i>Eysenck Impulsivity and Empathy Scale</i> , <i>Buss and Durkee Hostility</i>	- Foram encontrados mais eventos marcantes ao nível psicossocial (conflitos familiares, fracasso académico, monoparentalidade), no passado ou recentes (que ocorreram nos últimos 2 anos), na população em acolhimento; - Detetados mais perturbações de comportamento, de desenvolvimento e de aprendizagem em jovens

			<i>Inventory, e Harvey Affective Liability Scale.</i>	acolhidos.
White et al. (2008)	Examinar a relação entre a história de sem abrigo e os sintomas de saúde mental atuais associados com stress pós-traumático entre 542 indivíduos anteriormente inseridos no sistema de acolhimento.	542 Adultos com passado no sistema de acolhimento (Idades: 19,22 e 25).	Saúde mental avaliada através da administração de dois instrumentos, o Symptom Checklist-90-R (SCL-90-R) e PTSD Checklist for Civilians (PCL-C).	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de indivíduos com problemas de saúde mental e que experienciaram ser sem-abrigo são desproporcionais e altas entre indivíduos que fizeram parte do sistema de acolhimento; - 19.8% da população estudada esteve sem abrigo após a saída de acolhimento; - Indivíduos que fizeram parte deste sistema, são mais propícios a perturbações do poro psicológico associadas a PTSD, do que a população geral.

Anexo IV – Tabela 4. Artigos que abordam o ajustamento psicossocial dos acolhidos

Autores/Ano	Objetivo/Hipóteses	Amostra	Método	Resultados
Bruskas & Tessin (2013)	Este estudo averiguou a relação entre experienciar adversidade na infância e o bem-estar psicossocial de mulheres que estiveram no sistema de acolhimento enquanto crianças.	101 Mulheres com idades compreendidas entre os 18 e 71 anos (M = 36.83).	Aplicação de um questionário de resposta anónima online.	Mais de 56% dos participantes relataram estar a passar por dificuldades psicossociais atuais.
Jimenez-Morango, Leon & Roman (2015)	O objetivo deste estudo consistiu em identificar os perfis de adversidades das crianças em diferentes contextos de acolhimento, e analisar a sua relação com ajustamento psicossocial subsequente.	Grupo de 230 crianças com idades compreendidas entre os 4 e 10 anos acolhidas em diferentes contextos; Grupo de controlo.	Informação para este estudo foi coletada através de entrevistas com os pais/cuidadores e a aplicação do Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ).	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças em acolhimento com ligações familiares experienciaram menor adversidade; - Após um período de tempo de acolhimento, o ajustamento psicológico das crianças era globalmente positivo, contudo crianças a residir em instituições apresentaram os maiores problemas e dificuldades, seguindo-se dos acolhimentos com indivíduos sem ligações familiares.
Reddy et al. (2012)	O presente estudo examinou se uma intervenção tendo como base o <i>Cognitively-Based Compassion Training</i> (CBCT), durante 6 semanas, potencia a melhoria do funcionamento psicossocial de adolescentes inseridos no sistema de acolhimento.	Crianças com idades entre os 13 e 17 anos (M = 14.7), inseridas no sistema de acolhimento.	Aplicação do programa <i>Cognitively-Based Compassion Training</i> (CBCT), durante um período de 6 semanas.	Os jovens foram avaliados no início do programa e 6 semanas depois, não sendo relatadas diferenças ao nível do funcionamento psicossocial após a realização do treino.
Forsman, Brannstrom, Vinnerljung & Hjertqvist (2016)	Este estudo examina o efeito causal entre a fraca prestação escolar de crianças inseridas no sistema de acolhimento, e a aquisição de problemas psicossociais na idade adulta.	Registo de 7522 crianças nascidas entre 1973 e 1978 na Suécia e que foram colocadas em contextos de acolhimento antes dos 13 anos de idade, e que, por fim, residiam neste país até ao final de 2008	Utilizando os dados do registo longitudinal, referido anteriormente, este estudo recorreu a uma abordagem de potenciais resultados realizando uma estimativa do efeito causal entre a fraca prestação escolar dos acolhidos e, subsequente, impacto negativo psicossocial na idade adulta.	<ul style="list-style-type: none"> - Resultados demonstram que a fraca prestação escolar tem um impacto negativo em problemas futuros de cariz psicossocial; - Promover a prestação escolar dos jovens acolhidos pode ser um item importante de intervenção para melhorar as projeções de vida de jovens acolhidos.
Dregan & Gulliford (2012)	Este estudo parte da premissa que experiências na infância em contexto de acolhimento poderão estar associadas a impacto psicossocial na idade adulta. Posto isto, estes autores pretenderam avaliar a associação perante quatro fatores nestes serviços de acolhimento: tipo, duração, idade na hora de admissão e número de colocações, e as razões que levaram à admissão.	10985 Participantes que responderam a um questionário relativo ao British Cohort Study (BCS70), que não foram adotados ou que a sua história de acolhimento é conhecida.	<ul style="list-style-type: none"> - Dados obtidos através de informações do BCS70; - Análises realizadas tendo em conta as características individuais, parentais e familiares na infância. 	<ul style="list-style-type: none"> - Exposição a tanto acolhimento familiar como residencial foram associadas a maiores dificuldades e emocionais e comportamentais na idade adulta; - A duração e a quantidade de colocações em acolhimento também contribui para estas dificuldades; - Acolhimento residencial associado com um acréscimo de depressão e condenações criminais na idade adulta.

Foster, Beadnell & Pecora (2015)	Examinar um modelo desenvolvimental que encara a relação intergeracional entre o pai biológico, inserido no sistema de acolhimento de acolhimento como criança, e a probabilidade do seu filho acabar igualmente acolhido num destes locais, tendo em conta o impacto que estas medidas tiveram no pai e no seu funcionamento psicossocial e económico.	742 Indivíduos que estiveram no sistema de acolhimento como crianças, que relataram ter algum filho biológico (53% do sexo feminino e 47% do masculino).	<ul style="list-style-type: none"> - Os dados para este estudo foram retirados do <i>Casey National Foster Care Alumni Study</i> (NFCAS); - Foram avaliados dois fatores: Fatores do Pai Biológico (no qual o ex-residente de acolhimento fala das características do seu pai), e os Fatores do antigo membro do sistema de acolhimento (Pobreza, Dificuldades Psicossociais, Interações negativas e apoio social). 	Foi encontrada uma ligação entre o fraco funcionamento do pai biológico, potenciando sintomas depressivos no filho, estando isto associado com fraco suporte social, e consequentemente, maior possibilidade de ingressar o sistema de acolhimento;
Liu et al. (2016)	Examinar os efeitos da exposição de múltiplos traumas interpessoais em crianças inseridas no sistema de acolhimento Asiático, nomeadamente na Singapura, e os efeitos da exposição traumática no funcionamento psicossocial.	721 Crianças, com idades entre os 5 e 17 anos, inseridas em acolhimento ou em casas voluntárias na Singapura.	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo transversal; - Necessidades das crianças afetadas por histórias de trauma avaliadas pela implementação do <i>Child and Adolescent Needs and Strengths Tool</i> (CANS); 	Crianças que sofreram múltiplos traumas interpessoais eram mais velhas, provavelmente do sexo feminino, e mais propícias a ter necessidades de cariz funcional, emocional, comportamental quando comparando com crianças sem estas experiências.
Schelbe & Geiger (2017)	Contribuir para o conhecimento acerca das vivências de jovens com filhos que estão a ultrapassar a idade limite de estadia no sistema de acolhimento, ou seja estão prestes a emancipar-se destes locais.	33 Jovens pais prestes a abandonar o sistema de acolhimento devido à sua idade (21 mães e 12 pais).	<ul style="list-style-type: none"> - A análise deste estudo foi realizada através do recurso a duas fontes de informação: Observação e Transcrição de entrevistas; - Estes dados foram analisados através de codificação aberta. 	Estes jovens depararam-se com desafios enquanto enfrentaram o processo de emancipação em conjunto com a tarefa de ser pai, contudo encontraram felicidade na parentalidade e dedicaram-se a serem bons pais, apesar das suas capacidades limitadas e recursos escassos, já que desejam uma melhor vida para os seus filhos.
Garrido, Culhane, Petrenko & Taussig (2011)	Investigar se a exposição a violência na comunidade modera a associação entre o número de cuidadores que o jovem teve no passado e o aumento de comportamentos internalizadores e externalizadores.	156 Jovens, com idades entre os 9 e 11 anos numa primeira fase, que foram retirados das suas casas devido a situações de maus tratos. Os pais de acolhimento dos jovens e os seus professores também foram incluídos.	Numa fase inicial do estudo, os jovens relataram as transições de locais de acolhimento e cuidadores, e a exposição a violência na comunidade. Entre 18 a 22 meses depois os jovens da amostra, os seus cuidadores e os professores relataram sobre a possível existência de problemas internalizadores e externalizadores	Juventude com maior número colocações de acolhimento e de exposição a níveis elevados de violência comunitária evidenciou aumentos significativos de níveis de problemas psicossociais.
Berlin, Vinnerljung & Hjern (2011)	Examinar as consequências psicossociais na idade adulta em jovens que deixaram o sistema de acolhimento após os 17 anos de idade, tendo em conta a sua prestação escolar, que tenham nascido entre 1972 e 1981. Estes indivíduos foram comparados com a população geral, adotados nacionais e pares que receberam intervenção em casa antes dos 13 anos.	A população em estudo foi obtida através de registos de nascimento durante um período de dez anos (1972-1981).	<ul style="list-style-type: none"> - População seguida desde início do estudo até 2005; - Dados analisados através dos modelos de regressão de Cox. 	A fraca prestação escolar aparenta ser um fator de risco grande para futuros problemas de cariz psicossocial entre jovens que emancipam-se de acolhimento a longo prazo, sendo este um fator que deve ser encarado como de alta

				prioridade pelas entidades responsáveis.
Cho & Jackson (2016)	Explorar a relação entre maus-tratos e impacto psicossocial em crianças no sistema de acolhimento, e como esta relação diferencia de acordo com o tipo de relato efetuado (auto relato ou ficheiro do caso)	285 crianças e adolescentes com idades compreendidas entre os 8 e os 21 (M = 13.3), e os seus cuidadores.	Os casos da amostra em estudo foram obtidos através da <i>Division of Social Services</i> (DSS), e codificados através do <i>Modified Maltreatment Classification System</i> (MMCS).	Os resultados demonstram que os sintomas externalizadores diferem consoante o tipo de relato sobre maus tratos físicos e sexuais, e que os sintomas internalizadores diferem de acordo com o tipo de relato acerca de abuso sexual.
Leloux-Opmeer, Kuiper, Swaab & Scholte (2018)	Explorar as semelhanças e diferenças no desenvolvimento psicossocial, a curto prazo, de crianças em acolhimento familiar, residencial e grupos de estilo familiar.	121 crianças holandesas (M = 8.78 anos, 47% do sexo feminino, 59% de raça caucasiana).	Foram utilizadas dois instrumentos, de modo a verificar o desenvolvimento psicossocial de crianças acolhidas fora de casa, nomeadamente duas versões do Child Behavior Checklist (CBCL/1.5-5 and CBCL/4-18).	<ul style="list-style-type: none"> - Relativamente a uma comparação grupal, não se verificou níveis mais altos de eficácia para settings familiares; - Pequenas melhorias em jovens acolhidos em grupos de estilo familiar em detrimento de acolhimento familiar.
Coakley (2013)	Averiguar a influência do envolvimento do pai biológico no tempo de permanência da criança no local de acolhimento. Duas hipóteses foram examinadas: a) crianças passam menos tempo em acolhimento quando os pais biológicos colaboram com os planos do caso do que as crianças cujos pais não demonstram a mesma colaboração; b) crianças que estão em acolhimento irão ser colocadas com familiar invés de não familiares quando os pais colaboram com os planos do caso.	60 registos de casos de acolhimento que encaram a díade pai-filho obtido através de um Departamento de Serviços Sociais no sudeste dos Estados Unidos da América.	Informação recolhida através de bases de dados das agências responsáveis por estes casos, sendo posteriormente analisadas por via de um <i>software</i> informático, SPSS.	Os resultados indicam que quando os pais estão envolvidos no processo de acolhimento da criança, estas passam menos tempo no sistema de acolhimento e são mais prováveis de regressar aos seus pais biológicos ou serem colocadas com familiares.
Barber & Delfabbro (2009)	Este estudo comparou o perfil de crianças abusadas e negligenciadas no sistema de acolhimento familiar Australiano, sendo também tido em conta as diferenças entre os diversos tipos de maus-tratos e a sua relação com o contacto com os pais, reunificação e o progresso psicossocial durante o acolhimento.	Ficheiros caso relativos ao processo de 235 crianças que entraram o sistema de acolhimento.	<ul style="list-style-type: none"> - Os agentes responsáveis pelos casos das crianças responderam a questionários no momento de admissão a acolhimento, sendo estas medidas repetidas, passado 1 e 2 anos com as crianças que se mantinham em acolhimento; - O ajustamento psicossocial foi avaliado através da administração de uma versão curta <i>Child Behavior Checklist</i> (CBC). 	<ul style="list-style-type: none"> - Diferenças mínimas ao nível do desenvolvimento psicossocial entre crianças negligenciadas e não negligenciadas durante o acolhimento; - Crianças negligenciadas são mais prováveis de diminuírem o contacto com os pais ao longo do tempo, e menos prováveis de voltarem às suas famílias de origem; - As crianças negligenciadas são mais prováveis de ter uma debilidade física ou mental, sendo também mais propícias a serem alvos de múltiplas formas de maus tratos, contudo, demonstram ser menos prováveis de apresentar problemas comportamentais para os cuidadores.

Osborn, Delfabbro & Barber (2008)	Este estudo tem como objetivo perfilar o contexto familiar e social, e o bem-estar psicossocial de crianças com um alto nível de instabilidade de local, devido às constantes mudanças de contexto de acolhimento, no sistema Australiano.	364 Jovens (212 do sexo masculino e 152 do feminino) com idades entre os 4 e 18 anos (M = 12.92).	<ul style="list-style-type: none"> - Dados colecionados através de duas fontes, entidades governamentais e não-governamentais, e entrevistas com trabalhadores de caso em entidades de serviços comunitários; - Aplicação de um questionário, Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ). 	<p>A informação descrita nos resultados aponta para que crianças com o ajustamento psicossocial mais fraco, são mais propícias a cessação de acolhimento;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fatores de risco individuais, como história de violência familiar e maus tratos estavam relacionados com um historial de colocações de acolhimento mais instável.
Goemans, Geel & Vedder (2016)	Explorar se fatores como a idade no momento da recolha dos dados, género, e duração do acolhimento estão relacionados com o funcionamento das crianças acolhidas. Adicionalmente, o número de colocações prévias de acolhimento também foi tida em conta na relação com o funcionamento social e emocional destas crianças.	446 Jovens em situação de acolhimento familiar com idades entre os 3 e 17 anos (M = 10.52).	Realização de uma análise de regressão hierárquica em 3 variáveis: problemas externalizadores, problemas internalizadores e comportamento prossocial.	<ul style="list-style-type: none"> - Os 3 fatores estão significativamente relacionados com o funcionamento da criança acolhida; - Características do local de acolhimento explicam a maioria das variações comportamentais. As crianças que foram alvo de intervenções demonstraram-se mais propícias a problemas externalizadores e internalizadores; - Comportamentos prossociais relacionados com características do acolhimento familiar. Se os acolhedores não demonstrarem intenções de dar por terminado o acolhimento, isto promove comportamentos positivos por parte da criança;
Leloux-Opmeer, Kuiper, Swaab & Scholte (2017)	Com o intuito de promover maior conhecimento perante os riscos e necessidades das crianças na hora de admissão ao sistema de acolhimento, este estudo procura explorar as semelhanças e diferenças na criança, família e história do contexto de acolhimento.	200 Crianças holandesas em idade escolar na hora de admissão a acolhimento familiar, residencial e grupo de estilo familiar.	<ul style="list-style-type: none"> - Case file characteristics Questionnaire (CQQ) – Informações básicas dos participantes; - Child behavior checklist (CBCL) 1.5-5 e 4-18 – Identificar problemas psicossociais observados pelos cuidadores/substitutos; - Social emotional detachment questionnaire (SEDQ) – Preenchido pelos cuidadores substitutos, de modo a averiguar sinais de afastamento social e emocional; - Student-teacher relationship scale (STRS) – Cuidadores substitutos responderam a este questionário com o intuito de avaliar a sua relação com a criança. 	<ul style="list-style-type: none"> - Verificaram-se diferenças nos 3 subgrupos avaliados nos 3 contextos de acolhimento; - Crianças em contexto residencial revelam necessidades ao nível da saúde mental, escola/aprendizagem e comportamento; - Os pais biológicos das crianças acolhidas revelam necessidades de apoio ao nível dos seus problemas individuais.